



LEI MUNICIPAL Nº 725/2015, DE 12/06/2015
ANEXO - I
PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



PEQUENO MAPA DE UM TEMPO

Prefeita Municipal

MARIA IVONEIDE DA SILVA

Secretária Municipal de Educação, Cultura e Desportos

PAULA FRASSINETE DO NASCIMENTO

Avaliador Educacional Técnico

AMILKA DAYANE DIAS MELO

Supervisor Estadual do PME

GLAUCIANE PINHEIRO ANDRADE

Coordenador Municipal do PME

LUIZ ALMIR GOMES

AGRADECIMENTOS



Desejamos expressar nossos profundos agradecimentos aos participantes, envolvidos na construção deste plano. Entendemos que todos – responsáveis por pequenas ou múltiplas ações e que acreditaram neste processo – são cidadãos que constroem uma cidade com orgulho e singularidade do bem maior. A meritocracia passa a ser o valor do envolvimento de cada integrante deste documento. A estes que ensinaram e aprenderam...

LISTAGEM DE PARTICIPANTES

Fizeram parte da elaboração deste plano municipal de educação, todos que contribuíram com seus argumentos durante a participação nas oficinas ou fóruns abertos. Foi possível contabilizar 103 pessoas, profissionais da área da educação e demais áreas envolvidas. Seus nomes, e as instituições que representam, seguem na listagem abaixo:

<i>Nº</i>	<i>NOME</i>	<i>INSTITUIÇÃO</i>
01	PAULA FRASSINETE DO NASCIMENTO	SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO
02	LUIZ ALMIR GOMES	COORDENAÇÃO DO PME-SME
03	ENEIDA VARELA DE PAIVA	COMISSÃO DE ELABORAÇÃO
04	MARIA ERENIR FREITAS DE LIMA	COMISSÃO DE ELABORAÇÃO
05	SEVERINO BARROS SATURNINO	COMISSÃO DE ELABORAÇÃO
06	KENNIA KARLA SILVA AMORIM	COMISSÃO DE ELABORAÇÃO
07	PRISCILLA BESSA FREITAS DE MACEDO	COMISSÃO DE ELABORAÇÃO
08	THAINAN CRISTINE DE O S ARAÚJO	COMISSÃO DE ELABORAÇÃO
09	MARÍLIA FABIOLA SALUSTIANO SILVA	COMISSÃO DE ELABORAÇÃO
10	CLÉBER LEITE DO NASCIMENTO	COMISSÃO DE ELABORAÇÃO
11	ANDRÉA VASCONCELOS FREIRE	COMISSÃO DE ELABORAÇÃO
12	MAGNO FRANÇA DOS SANTOS	COMISSÃO DE ELABORAÇÃO
13	ROBSON MARCOS RODRIGUES	COMISSÃO DE ELABORAÇÃO
14	RUANA CARLA DOS SANTOS MERCENA	COMISSÃO DE ELABORAÇÃO
15	JAQUELINE GOMES SOARES DOS SANTOS	COMISSÃO DE ELABORAÇÃO
16	CLODOALDO LINO DO NASCIMENTO	COMISSÃO DE ELABORAÇÃO
17	Mª DE FÁTIMA BARACHO LINO	EQUIPE TÉCNICA
18	ALBENIZA FRANCISCA DA SILVA	EQUIPE TÉCNICA
19	EDILSA SIQUEIRA	EQUIPE TÉCNICA
20	SILVANA CAVALCANTE GURGEL	EQUIPE TÉCNICA
21	LEONARDO FRANÇA	EQUIPE TÉCNICA
22	GLAÚCIO TEIXEIRA DA SILVA	EQUIPE TÉCNICA
23	MAURISO BEZERRA DA SILVA	EQUIPE TÉCNICA
24	MARIA KARIZA DA SILVA	EQUIPE TÉCNICA
25	SUELI MARIA DA SILVA	EQUIPE TÉCNICA
26	IARA NASCIMENTO GABRIEL	EQUIPE TÉCNICA
27	REGINALDO SEVERINO DA SILVA	EQUIPE TÉCNICA
28	OSWALDINA MOURA	EQUIPE TÉCNICA
29	IZABEL CRISTINA G DE CASTRO	SME
30	MANOEL MATIAS DE SOUZA	EM PROFESSOR CALIXTO
31	ALZENIR BERNADINO DE MORAIS	EM PEDRO COSTA
32	MARCILEIDE MARTINS SOBRINHO	EM PROFESSOR CALIXTO
33	FRANCISCA CRISTINA DE SOUZA	EM PROFESSOR CALIXTO
34	Mª DAS GRAÇAS VIEIRA MARQUES	EM PROFESSOR CALIXTO
35	JOSÉ CARDOSO G DE OLIVEIRA	CH MUL DE MARACAJAU
36	VERÔNICA GOMES DE SOUZA	EM PROFESSOR CALIXTO
37	ALTAMIR SANTOS P LEITE	EM PROF GERMANO GREGÓRIO
38	JOÃO NAZAENO PEREIRA	EM DUQUE DE CAXIAS
39	LUCIANO DE O RAMOS	EM DUQUE DE CAXIAS

40	CELIA M ^a DE BARROS	EM DOM MARCOLINO DANTAS
41	M ^o DA GUIA S DE JESUS	EM M ^a DO CÉU DE BARROS
42	LUCIANE SOARES	EM ESMERINO GOMES
43	ELOIZIA DA SILVA	EM DUQUE DE CAXIAS
44	WILMA M ^a DE OLIVEIRA	EM DUQUE DE CAXIAS
45	JARLEIDA CANDIDO DA CRUZ	EM DUQUE DE CAXIAS
46	SILDETE LEITE DO NASCIMENTO	EM DUQUE DE CAXIAS
47	NISIA LUCIANO DA SILVA	EM DUQUE DE CAXIAS
48	ELIS REGINA DA SILVA	EM DUQUE DE CAXIAS
49	DALVANI PINHEIRO	EM DUQUE DE CAXIAS
50	M ^a JERUZA DA SILVA INÁCIO	EM SANTA ANA
51	DANIELA LIMA DA COSTA	CH MUL NOVA VIDA II
52	M ^a MONICA DE OLIVEIRA TOSCANO	EM PEDRO COSTA
53	ANA M ^a GONDIM DE OLIVEIRA	EM SANTA ANA
54	M ^a OZANA DE SANTANA	EM JOSÉ ROMEIRO
55	ROSA M ^a DE MIRANDA	EM M ^a DO CÉU DE BARROS
56	MANOEL MORENO DA SILVA	EM DOM MARCOLINO DANTAS
57	M ^a CLÉSIA DA SILVA	EM DOM MARCOLINO DANTAS
58	M ^a CLEIDE DA SILVA FERNANDES	EM DOM MARCOLINO DANTAS
59	M ^a DA GUIA DO NASCIMENTO	EM DOM MARCOLINO DANTAS
60	EXPEDITO BATISTA PALHARES FILHO	EM GERMANO GREGÓRIO
61	ERIBERTO SANTOS	EM EVA VARELA CAVALCANTI
62	GILMAR WELLINGTON DOS SANTOS	EM ESMERINO GOMES
63	M ^a AUZENIRA GOMES DA SILVA	EM PEDRO COSTA
64	ELIANA DO NASCIMENTO SILVA	EM PEDRO COSTA
65	REGIANE GONDIM DE OLIVEIRA	CH MUL NOVA VIDA
66	EVERALDO ALBUQUERQUE DE MORAIS	EM GERMANO GREGORIO
67	LUZIVANIA DE OLIVEIRA RAMOS	CH MUL APRENDER EM BOAS MÃOS
68	DEUMAIZA OLIVEIRA DA SILVA	CH MUL APRENDER EM BOAS MÃOS
69	M ^a JOELMA FREIRE DA S MARTINS	EM GERMANO GREGORIO
70	BRENNA G M MACIEL	EM GERMANO GREGORIO
71	LAÉRCIO JOÃO DE JESUS	EM GERMANO GREGORIO
72	M ^a DAS GRAÇAS DE OLIVEIRA	CENTRO EDUC DE MARACAJAU
73	SANDRA CRISTINA DA SILVA	CENTRO EDUC DE MARACAJAU
74	LIANA M ^a DA SILVA BRITO	CENTRO EDUC DE MARACAJAU
75	FLAVIANE ALMEIDA DA SILVA	CENTRO EDUC DE MARACAJAU
76	CALINI PEREIRA DA COSTA	CENTRO EDUC DE MARACAJAU
77	VALNIERES CANDIDO DA SILVA	CENTRO EDUC DE MARACAJAU
78	ROSALVA M ^a DO NASCIMENTO SILVA	CH MUL DE MARACAJAU
79	ALBETIZA FRANCISCA DA SILVA	EM ESMERINO GOMES
80	ROSILENE DUARTE DE LIMA	CH MUL AP. EM BOAS MÃOS
81	JOSIVAN DE OLIVEIRA RAFAEL	EM EVA VARELA
82	M ^a NIZIA DA SILVA GOMES	CH MUL MARIA DE LOURDES
83	MILIANA DE OLIVEIRA SILVA	EM SÃO JOSÉ
84	CINTHIA RAFAELLA DE L B DA PAZ	EM DUQUE DE CAXIAS
85	IRACEMA MARIA NETA	CEIMAR

86	Mª DA CONCEIÇÃO DE LIMA SEVERIANO	CEIMAR
87	ETELVINA Mª DE LIMA	CEIMAR
88	SONIA Mª CASSIANOALVES	CEIMAR
89	JOSELITA ALVES CRUZ DE PAIVA	CEIMAR
90	EMERSON BANDEIRA OLIVEIRA	CEIMAR
91	LUIZ FELIPE COSTA	CEIMAR
92	LAISE HOZANA DE O F BORGES	CEIMAR
93	AUDILENE BATISTA	CEIMAR
94	ANDESSA BESSA	CEIMAR
95	CLELIA Mª DA SILVA OLIVEIRA	EM DUQUE DE CAXIAS
96	VELUCIA DA SILVA OLIVEIRA	EM DUQUE DE CAXIAS
97	REGI Mª DO NASCIMENTO	EE PROF RAIMUNDO DE OLIVEIRA
98	EUGENIO ANDRADE DE OLIVEIRA	EM PEDRO COSTA
99	RONILDA A DE LIMA SILVA	EM PEDRO COSTA
100	CLENILDA GOMES DO NASCIMENTO	EM DUQUE DE CAXIAS
101	EDNA LIMA	EM GERMANO GREGORIO
102	AMARILDO GOMES DE SOUZA	EM PROFESSOR CALIXTO
103	PATRICIA VIEIRA DE SENA	EM ESMERINO GOMES

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – População de Maxaranguape

TABELA 2 – População de famílias cadastradas no DAB

TABELA 3 – Número de famílias cadastradas em programas sociais

TABELA 4 – Distribuição da população por etnias

TABELA 5 – Distribuição de energia elétrica

TABELA 6 – Distribuição da frota

TABELA 7 – Veículos de comunicação

TABELA 8 – PIB municipal

TABELA 9 – Participação total do município no PIB

TABELA 10 – Faixa etária do município

TABELA 11 – População economicamente ativa

TABELA 12 – Produção agropecuária

TABELA 13 – Agricultura familiar

TABELA 14 – Aspectos culturais do município

TABELA 15 – Equipe da SME

TABELA 16 – Recursos financeiros e convênios do município

TABELA 17 – Recursos da educação - 2012

TABELA 18 - Recursos da educação - 2013

TABELA 19 - Recursos da educação - 2014

TABELA 20 - Estabelecimentos de ensino

TABELA 21 – Escolas da rede

TABELA 22 – Salas de aula

TABELA 23 – Quantitativo de matrícula

TABELA 24 – Quantitativo de professores

TABELA 25 – Quantitativo de pessoal de apoio

TABELA 26 – Número de escolarização

TABELA 27 – População escolarizada

TABELA 28 – Taxas de aprovação nas escolas municipais

TABELA 29 - Taxas de aprovação nas escolas estaduais

TABELA 30 - Taxas de aprovação nas escolas particulares

TABELA 31- Taxas de repetência nas escolas municipais

TABELA 32 - Taxas de repetência nas escolas estaduais

TABELA 33 - Taxas de repetência nas escolas particulares

TABELA 34 - Taxas de reprovação nas escolas municipais

TABELA 35 - Taxas de reprovação nas escolas estaduais

TABELA 36 - Taxas de reprovação nas escolas particulares

TABELA 37 - Taxas de abandono nas escolas municipais

TABELA 38 - Taxas de abandono nas escolas estaduais

TABELA 39 - Taxas de abandono nas escolas particulares

TABELA 40 - Taxas de distorção nas escolas municipais

TABELA 41 - Taxas de distorção nas escolas estaduais

TABELA 42 - Taxas de distorção nas escolas particulares

TABELA 43 - Taxas de evasão nas escolas municipais

TABELA 44 - Taxas de evasão nas escolas estaduais

TABELA 45 - Taxas de evasão nas escolas particulares

TABELA 46 – Ideb Brasil – metas nacionais

TABELA 47 – Ideb Maxaranguape – 5º anos

TABELA 48 – Ideb Maxaranguape – 9º anos

TABELA 49 – Ideb das escolas de Maxaranguape – 5º anos

TABELA 50 – Ideb das escolas de Maxaranguape – 9º anos

TABELA 51 – Análise dos dados do Ideb Maxaranguape - 2013

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – População rural de Maxaranguape

GRÁFICO 2 – População urbana de Maxaranguape

GRÁFICO 3 – População geral de Maxaranguape

GRÁFICO 4 – Crescimento do PIB

GRÁFICO 5 – Distribuição de despesas do município

LISTA DE MAPAS

MAPA 1 – Cartografia de Maxaranguape

LISTA DE SIGLAS

CF – Constituição Federal do Brasil/1988

CME – Conselho Municipal de Educação

CNE - Conselho Nacional de Educação

CONAE – Conferência nacional da educação

DEMUTRAN – Departamento Municipal de Transito

EI – Educação Infantil

EF – Ensino Fundamental

EJA – Educação de Jovens e Adultos

Enb – Grupos de Barreiras

EM – Ensino Médio

FUnDeb – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica

FNCE – Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais de Educação

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC – Ministério da Educação

NQc – Colúvios-eluviais

PCCS – Plano de Cargos, Carreira e Salários

PIB – Produto Interno Bruto

PME – Plano Municipal de Educação

PNE – Plano Nacional de Educação

Qd – Dunas Inativas

SASE – Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino

SEEC – Secretaria Estadual de Educação e da Cultura

SEMTHAS – Secretaria Municipal do Trabalho, Habitação e Assistência Social

SIAB – Sistema de informação de atenção básica

SME – Secretaria Municipal de Educação

SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

UNCME – União dos Conselhos Municipais de Educação

UNDIME – União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	04
I. APRESENTAÇÃO.....	06
a. Histórico da Construção do Plano Municipal de Educação.....	06
b. Diretrizes que orientam o Plano Municipal de Educação.....	08
II. DIAGNÓSTICO SÓCIO-POLÍTICO E EDUCACIONAL DO MUNICÍPIO.....	09
1. Contexto histórico, social, geográfico e cultural de Maxaranguape.....	09
1.1 Denominação.....	09
1.2 Criação.....	09
1.3 Evolução histórica e populacional.....	09
1.3.1 Evolução histórica.....	09
1.3.2 População.....	11
1.4 Limites históricos.....	14
2. Caracterização física do Município.....	14
2.1. Localização.....	14
2.2. Área.....	15
2.3. Altitude.....	15
2.4. Distância em relação a capital.....	15
2.5. Coordenadas geográficas.....	15
2.6. Limites atuais.....	16
2.7. Clima.....	16
2.8. Temperatura média anual.....	16
2.9. Umidade relativa do ar.....	16
2.10. Formação vegetal.....	16
2.11. Solos.....	17
2.12. Relevo.....	18
2.13. Aspectos geológicos.....	18
2.14. Bacias hidrográficas.....	18
2.15. Área em km ²	19
3. INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO.....	19
3.1. Energia elétrica.....	19
3.2. Telefonia e Internet.....	20
3.3. Transportes e comunicação.....	21
3.4. Estradas e vias de acesso.....	22
4. ASPECTOS ECONOMICOS E CONDIÇÕES DE VIDA.....	24
4.1. PIB.....	24

4.2. Situação de extrema pobreza no município.....	26
4.2.1. Condições de vida.....	26
4.2.2. Renda Per Capita.....	27
4.3. Mercado de trabalho.....	28
4.3.1. Produção agropecuária.....	29
5. ASPECTOS CULTURAIS DO MUNICÍPIO.....	30
6. ESTRUTURA DA EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO.....	32
6.1. Equipe da SME.....	32
6.1.1. Constituição da equipe central.....	32
6.2. Recursos financeiros da educação.....	33
6.2.1. Recursos financeiros e convênios do município.....	35
6.2.2. Recursos e convênios da Educação.....	36
6.3. Gestão democrática da educação.....	39
6.3.1. Gestão de pessoas.....	39
6.4. Panorama da Educação Básica no município.....	40
6.4.1. Estabelecimentos de ensino.....	40
6.4.2. Matrículas.....	42
6.4.3. Pessoal docente e apoio.....	43
6.4.4. Escolarização.....	44
6.4.5. Aprovação, reprovação, repetência e evasão.....	46
6.4.6. Ideb.....	54
III. METAS, INDICADORES E ESTRATÉGIAS DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.....	59
1. Educação Infantil.....	59
2. Ensino Fundamental.....	60
3. Ensino Médio.....	62
4. Educação especial inclusiva	63
5. Alfabetização.....	64
6. Educação Integral.....	65
7. Aprendizado adequado na idade certa.....	67
8. Escolaridade média.....	68
9. Alfabetização e alfabetismo de jovens e adultos.....	70
10. Eja integrada a educação profissional.....	71
11. Educação profissional.....	72
12. Educação superior.....	73
13. Titulação de professores da rede municipal.....	74
14. Pós graduação.....	75
15. Formação de professores.....	76

16. Formação continuada de professores e pós graduação.....	77
17. Valorização do professor.....	78
18. Plano de carreira do docente.....	79
19. Gestão democrática.....	80
20. Financiamento da educação.....	81
IV. AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO PME.....	82
REFERENCIAS	83

INTRODUÇÃO

É com muita satisfação que a Secretaria Municipal de Educação, em parceria com o Conselho Municipal de Educação, apresenta o Plano Municipal de Educação – PME de Maxaranguape/ RN, com vigência de 2015 a 2025. O município já apresenta um plano anteriormente elaborado. Contudo, sem muita expressão e carente de readequações de alta relevância para a educação municipal. A trajetória desse redesenho se iniciou em 2014, com a aprovação do PNE e a determinação de que cada unidade dos entes federados teria o prazo de um ano para elaborar ou readequar seus planos municipais. Tivemos a participação de várias entidades para a readequação do nosso plano. Segmentos organizados, constituídos pela sociedade civil, por instituições de ensino, associações, sindicato, entre outros.

O PME se constitui através do processo democrático e participativo com a finalidade de trazer as diretrizes, as metas educacionais a serem executados e estratégias a serem seguidas no período de 10 (dez) anos, garantindo assim a qualidade de construção e implementação das mesmas. Inicialmente, foi constituída uma comissão organizadora entre integrantes de diferentes setores da comunidade e formada uma equipe técnica elencada essencialmente com técnicos da SME, afim de que fosse iniciada a pesquisa diagnóstica. Realizamos encontros de estudo e análise, plenária e, das comissões foram constituídas as propostas de objetivos e metas, nas seguintes temáticas:

- Educação Infantil;
- Ensino Fundamental;
- Educação de Jovens e Adultos;
- Educação Especial e Inclusiva;
- Educação Superior;
- Formação de Professores,
- Financiamento da Educação.

Consideramos que este, um trabalho de alta relevância, pois irá delinear os caminhos da educação de Maxaranguape nos próximos 10 (dez) anos. Como um **PEQUENO MAPA DE UM TEMPO**, aqui estão compiladas as conquistas e aspirações da realidade sócio educacional do município de Maxaranguape.

I – APRESENTAÇÃO

a. Histórico da Construção do Plano Municipal de Educação

Logo a partir da aprovação do Plano Nacional da Educação – PNE, em 03/06/2014 e de sua sanção pela Presidenta Dilma Rousseff no dia 06/ 06/ 2014, os municípios da federação passaram a dispor de um período de 365 dias (um ano) para construírem ou readequarem seus respectivos Planos Municipais de Educação. Em Maxaranguape, não foi diferente. Recebemos a missão de readequar o PME e implementá-lo no prazo determinado.

O Ministério da Educação, por meio da Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino (SASE), passou a trabalhar para apoiar os diferentes entes federativos no desafio de alinhar os planos ao PNE. A elaboração dos documentos contou com o apoio da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME), do Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED), da União dos Conselhos Municipais de Educação (UNCME), do Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais de Educação (FNCE) e do Conselho Nacional de Educação (CNE).

Embasados neste contexto, a Secretaria Municipal de Educação (SME) recebeu a missão de formar a Comissão de Elaboração do PME, bem como sua Equipe Técnica. Prontamente, a Secretária de Educação Municipal disponibilizou a sua equipe para atender as atribuições e competências a desenvolverem a função de Equipe Técnica do PME.

Em atividade conjunta, a Prefeitura baixou uma Portaria/ decreto, **Nº 010, de 31 de Julho de 2014** (constituindo a Comissão para Elaboração do PME). Nesta comissão estão representantes de diferentes segmentos da sociedade educacional. Foram enviados ofícios aos referidos segmentos solicitando a indicação de indivíduos para os representarem na Comissão. Houve o retorno dos seguintes órgãos: Poder Executivo, Poder Legislativo, Secretaria Municipal de Educação (SME), Secretaria Municipal de Trabalhos, Habitação e Assistência Social (SEMTHAS), Conselho Tutelar Municipal. Ainda contamos com a representatividade dos docentes municipais, dos Supervisores Escolares, dos estudantes do Ensino Fundamental I e II, Ensino Médio, de Nível Superior e representante dos Pais de Alunos.

A equipe técnica foi formada por técnicos da SME e caiu em campo após traçar um planejamento para a coleta de dados afim de subsidiar a comissão na construção e alinhamento das metas, objetivos e estratégias do PME.

Durante o período que precedeu a construção deste documento, a comissão se reuniu em diferentes espaços e datas para discutir o diagnóstico, conhecer as metas do Plano Nacional e realinhar as mesmas para a realidade do município.

Paralelamente a todo esse movimento, estivemos recebendo apoio logístico de consultores estaduais que nos apoiaram durante todo o processo.

Durante o Encontro Anual da Educação do município a SME entendeu que poderia estender a proposta de realinhamento das metas para uma representatividade maior. Então foi dedicado um dia de oficinas para o cumprimento da proposta. Com esta estratégia pudemos obter uma amplitude maior nas considerações a respeito do alinhamento das metas do PNE com o PME.

Neste documento construído com a participação coletiva, onde se retrata o físico, o social, o econômico e o cultural de um município, seguem também as aspirações de uma categoria. Como uma cartografia para o próximo decênio, este plano legaliza os direitos e conquistas da educação municipal de Maxaranguape. Um pequeno, porém verdadeiro mapa de um tempo.

Os maiores desafios encontrados foram: a indisponibilidade dos indivíduos a se comprometerem com o Controle Social e a dificuldade quanto ao acesso às informações na construção do Diagnóstico, essencialmente aos por menores municipais. Ainda estivemos oprimidos pelo tempo, pois os passos e processos para construção desse plano, estavam envolvidos por uma capsula que delimitava nosso tempo. Contudo, estes desafios foram atropelados pela necessidade de se traçar o **“Pequeno Mapa de um Tempo”**.

b. Diretrizes que orientam o Plano Municipal de Educação

Num momento em que a cidadania enfrenta novos desafios, busca diversos espaços de atuação e abre novas áreas por meio de grandes transformações pelas

quais passa o mundo contemporâneo, é imperativo conhecer a realidade e suas alterações no sentido de perceber passos relevantes para garantia de um futuro melhor para todos.

O direito à Educação é um desses espaços de atuação que não perdem suas potencialidades. Não há sociedade que, de uma forma ou de outra, não apresente garantias mínimas para o acesso de seus sujeitos à educação básica.

Presente no Artigo 205 da CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL a “educação, direito de todos e dever do Estado e da família será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”, tende a ser um instrumento potencializador das mudanças sociais.

Mas como se trata de um direito reconhecido, é preciso que ele seja garantido e, para isso, a primeira garantia é que ele seja inscrito em lei de caráter nacional e, conseqüentemente, em caráter de lei municipal e na construção desse processo ficam estabelecidas as seguintes diretrizes:

- I - erradicação do analfabetismo;
- II - universalização do atendimento escolar;
- III - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;
- IV - melhoria da qualidade da educação;
- V - formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;
- VI - promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;
- VII - promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País;
- VIII - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto - PIB, que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;
- IX - valorização dos (as) profissionais da educação;
- X - promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

II – DIAGNÓSTICO SOCIO-POLÍTICO E EDUCACIONAL DO MUNICÍPIO

1. CONTEXTO HISTÓRICO, SOCIAL, GEOGRÁFICO E CULTURAL DE MAXARANGUAPE

1.1. DENOMINAÇÃO:

- Maxaranguape.

1.2. CRIAÇÃO:

- 17.12.1958 (Lei Estadual nº 2329/1958).
- 29.01.1959 (Instalado).

1.3. EVOLUÇÃO HISTÓRICA E POPULACIONAL

1.3.1 EVOLUÇÃO HISTÓRICA

Desmembrado de Touros em 1958, mas as terras da sesmaria, existente às margens do rio **Moxurungoapé**, foram concedidas, em 14 de setembro de 1666, ao Governador João Fernandes Vieira; representado, no ato, pelo Vigário de Natal, Padre Leonardo Tavares de Melo, tomou posse com uma foice nas mãos junto a uma poça d'água na foz do rio Maxaranguape, onde fincou uma cruz de madeira, marco da fundação. Hoje este marco encontra-se na praça denominada "**Praça de Santa Cruz**". Em 1832, já era uma realidade a pequena povoação habitada por pescadores, existia aproximadamente 16 casas, em torno de 40 pessoas habitando, possuindo uma capela, em honra a Nossa Senhora da Conceição; surgiram escolas e casas de veraneio dos senhores de engenho de Ceará-Mirim.

Seus primeiros colonizadores foram os negros fugitivos dos engenhos de açúcar da região e os sertanejos do mato grande fugindo da seca, aqui encontrando terras cultiváveis, clima arenoso, água e peixe em abundância.

Com a grande estiagem, ocorrida nos anos de 1877 a 1879, recebeu grande número de sertanejos, que aqui chegaram à procura de trabalho, atraídos pelo vale fértil, conhecido, inicialmente, por **Boixununguape**, banhado pelo rio perene, que tem como nascente a fonte mineral no município de Pureza, percorrendo toda extensão municipal e que desemboca no oceano Atlântico, no lugar chamado Barra de Maxaranguape, primeiro nome do município.

Do Gentílico **Maxaranguapense**, o município teve sua **Formação Administrativa** assim configurada: Passou a povoado em 1894, vila em 1930 e em 17 de Dezembro de 1958 começou sua história política.

Distrito criado com a denominação de Barra de Maxaranguape, outrora povoado, pela lei estadual nº 884, de 12-11-1953, subordinado ao município de Touros. Em divisão territorial datada de 1-VII-1955, o distrito de Barra de Maxaranguape, figura no município de Touros. Elevado à categoria de município com a denominação de Maxaranguape, pela lei estadual nº 2329, de 17-12-1958, desmembrado de Touros. Sede no atual distrito de Maxaranguape ex povoado de Barra de Maxaranguape. Constituído do distrito sede e instalado em 29-01-1959. Em divisão territorial datada de 1-VII-1960, o município de Maxaranguape é constituído do distrito sede. Assim permanecendo em divisão territorial datada 2007.

Ocorreu uma mudança toponímica distrital, sendo alterado a nomenclatura de **Barra de Maxaranguape** para simplesmente **Maxaranguape**, alterado pela lei estadual nº 2329, de 17-12-1958.

No ano de 2012 um Projeto de Lei Complementar de n.º 008/11, constante dos autos do Processo n.º 1.892/11 – PL/SL, que “Altera dispositivo da Lei Complementar nº 391, de 22 de julho de 2009, que dispõe sobre a **Região Metropolitana de Natal**, e dá outras providências”, de iniciativa de Sua Excelência, o Senhor Deputado Estadual **George Soares**, foi aprovado pela Assembleia Legislativa, em Sessão Plenária realizada no dia **27 de junho de 2012**, de acordo com as razões que seguem anexo ao PL.

Entendemos que essa inclusão irá dar um acréscimo de qualidade à economia do município de Maxaranguape, gerando benefícios positivos, principalmente na área de turismo.

1.3.2. POPULAÇÃO

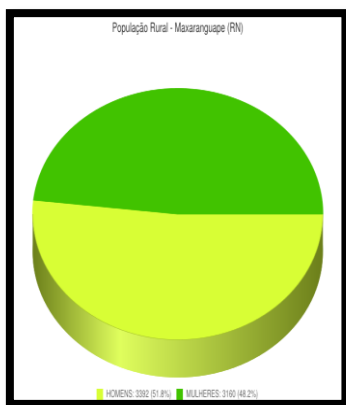
Segundo dados do IBGE, a população de Maxaranguape é de **10.442** (Dez mil, quatrocentos e quarenta e dois) habitantes, tendo um crescimento médio de 23,36% em 10 anos. Para o próximo decênio estima-se uma população de aproximadamente **12.880** habitantes. Tendo ainda uma densidade Demográfica de **79,51 (habitante/km²)**.

TABELA 1

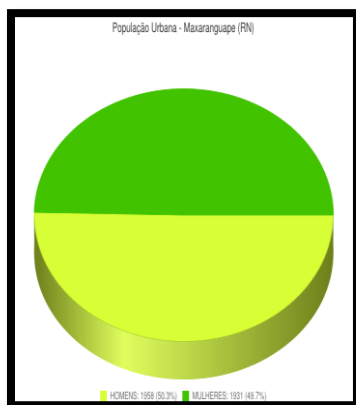
POPULAÇÃO DE MAXARANGUAPE	
TOTAL DA POPULAÇÃO 2000	8.001
TOTAL DE HOMENS	5.352
TOTAL DE MULHERES	5.090
POPULAÇÃO URBANA	3.889
POPULAÇÃO RURAL	6.553
TOTAL DE HOMENS URBANO	1.958
TOTAL DE MULHERES URBANO	1.931
TOTAL DE HOMENS RURAL	3.392
TOTAL DE MULHERES RURAL	3.160
POPULAÇÃO TOTAL 2010	10.442
PROJEÇÃO PARA 2020	12.880
PROJEÇÃO ATUAL	10.682

Fonte: IBGE (2014)

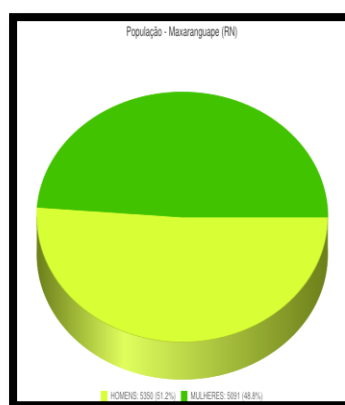
GRÁFICO 1, 2 e 3



IBGE (2010)



Fonte: IBGE (2010)



Fonte: IBGE (2010)

Fonte:

TABELA 2

POPULAÇÃO - CONSOLIDADO DAS FAMÍLIAS CADASTRADAS NA DAB / MAXARANGUAPE – 2014											
SEXO	FAIXA ETÁRIA										TOTAL
	< 1	1 a 4	5 a 6	7 a 9	10 a 14	15 a 19	20 a 39	40 a 49	50 a 59	> 60	
MASCULINO	3	237	168	269	471	491	1580	511	333	496	4559
FEMININO	-	220	183	265	447	431	1565	493	361	534	4499
Nº DE PESSOAS	3	457	351	534	918	922	3145	1004	694	1030	9058

Fonte: SIAB/ SMS (2014)

TABELA 3

Nº DE FAMÍLIAS CADASTRADAS EM PROGRAMAS SOCIAIS	2.564	
	VALOR ABSOLUTO	VALOR RELATIVO %
7 a 14 anos na escola	1.405	96,76
15 ANOS E MAIS ALFABETIZADOS	5.635	82,93

PESSOAS COBERTAS COM PLANO DE SAÚDE	54	0,60
Nº DE FAMÍLIAS NO BOLSA FAMÍLIA	785	30,62
FAMÍLIAS INSCRITAS NO CAD-ÚNICO	831	32,41

Fonte: SIAB/ SMS (2014)

TABELA 4

DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO POR ETNIA		
ETNIA	QUANTITATIVO APROXIMADO	PERCENTUAL
BRANCO	1.984	19%
NEGRO	3.238	31%
PARDO	4.909	47%
INDIGENA	>208	>2%
OUTROS	>103	>1%

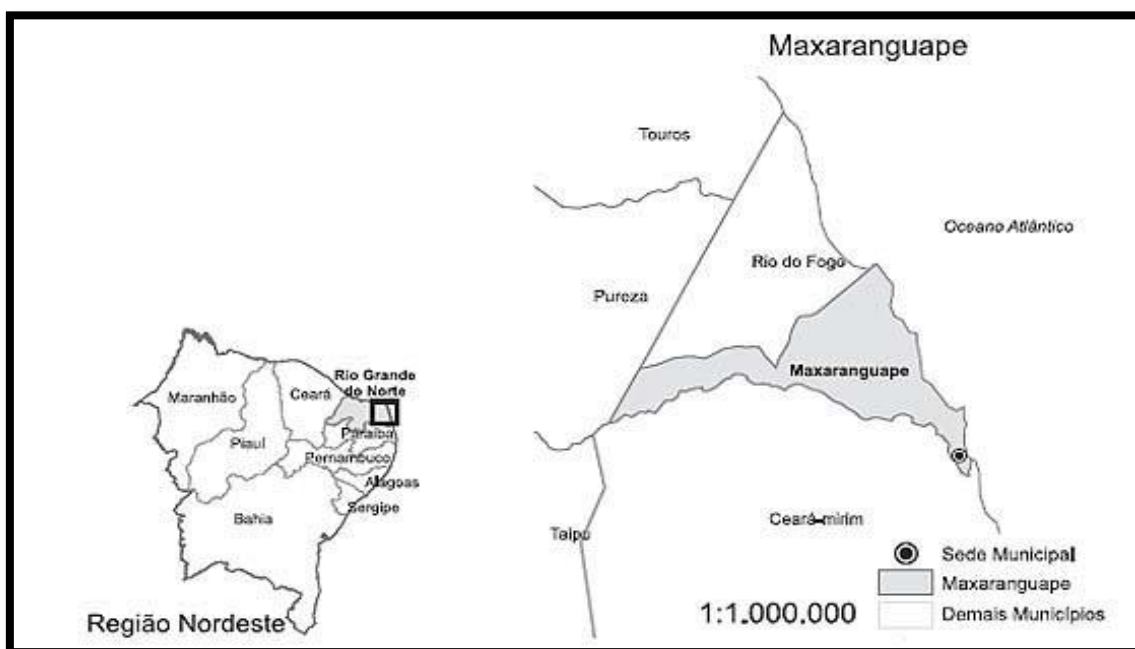
Fonte: IBGE (2010)

Dentro da população miscigenada do município encontramos um grande número de famílias inseridas em programas sociais do Governo Federal, mostrando que o município ainda carece de propostas de inserção de seus habitantes no mercado de trabalho.

1.4. LIMITES HISTÓRICOS.

- Ao norte: Municípios de Touros e Pureza - RN.
- Ao sul: Município de Ceará-mirim - RN.
- Ao leste: Oceano Atlântico.
- Ao oeste: Município de Pureza - RN.10 anos.

MAPA 1



Fonte: IBGE (2010)

2. CARACTERIZAÇÃO FÍSICA DO MUNICÍPIO.

2.1. LOCALIZAÇÃO:

- O município de Maxaranguape situa-se na mesorregião Leste Potiguar e na microrregião Litoral Nordeste, limitando-se com os municípios de Rio do Fogo, Ceará-Mirim, Taipu, Pureza, Touros e o Oceano Atlântico, abrangendo uma área de 131 km², inseridos nas folhas Touros (SB.25-V-C-II) e Natal (SB.25-V-C-V), na escala 1:100.000, editadas pela SUDENE. A sede do município tem uma altitude média de 7 m e apresenta coordenadas 05°30'57,6" de latitude sul e 35°15'43,2" de longitude oeste, distando da capital cerca de 55 km, sendo seu acesso, a partir de Natal, efetuado através das rodovias pavimentadas BR-406, BR-101 e RN-160.

2.2. ÁREA:

- 131,3 km².

2.3. ALTITUDE:

- 7 m (altitude média).

2.4. DISTANCIA EM RELAÇÃO A CAPITAL E PRINCIPAIS CENTROS URBANOS DO ESTADO DO RN:

- Em relação a Natal – 55 km.
- Em relação a Macaíba – 52 km.
- Em relação a Mossoró – 283 km.
- Em relação a Caicó – 287 km.
- Em relação a Parnamirim – 62,4 km.
- Em relação a Santa Cruz – 148 km.
- Em relação a Ceará-mirim – 27,9 km.
- Em relação a São G. do Amarante – 44,8 km.

2.5. COORDENADAS GEOGRÁFICAS:

- Latitude => 05°30'57,6" sul.
- Longitude => 35°15'43,2" oeste.

2.6. LIMITES ATUAIS:

- Ao norte: Município de Rio do Fogo - RN.
- Ao sul: Município de Ceará-mirim - RN.
- Ao leste: Oceano Atlântico.
- Ao oeste: Município de Pureza – RN

2.7. CLIMA:

- Tipo: clima tropical chuvoso com verão seco e estação chuvosa adiantando-se para o outono. Precipitação Pluviométrica Anual: normal: 1.612,0mm - observada: 1.500,7mm - desvio: 111,3mm.
- Período Chuvoso: março a agosto.
- Horas de Insolação: 2.700.

2.8. TEMPERATURA MÉDIA ANUAL:

- Temperaturas Médias Anuais: máxima: 30,0 °C / média: 25,8 °C / mínima: 21,0 °C.

2.9. UMIDADE RELATIVA DO AR – MA:

- Umidade Relativa Média Anual: 75%.

2.10. FORMAÇÃO VEGETAL:

- Floresta Subperenifólia - vegetação constituída por árvores sempre verdes, possuem grande número de folhas largas, troncos relativamente delgados, densa e o solo apresenta-se recoberto por uma camada de húmus.
- Manguezal - sistema ecológico costeiro tropical dominado por espécies vegetais - mangues e animais típicos - aos quais se associam outras plantas e animais, adaptados a um solo periodicamente inundado pelas marés, com grande variação de salinidade.
- Formação de Praias e Dunas - vegetação nativa fixadora de areia. As dunas são estabilizadas ou fixas quando cobertas por vegetação natural e denominada Reserva Ecológica.

- Formação Tabuleiros Litorâneos – vegetação encontrada cobrindo os Tabuleiros Costeiros, geralmente são áreas em que ocorreram intervenções humanas.
- Campo de Várzea - vegetação que ocorre nas áreas úmidas e periferia de cursos d' água, constituem-se principalmente por espécies herbáceas da família das gramíneas e ciperáceas. Entre outras espécies destacam-se o junco, baronesa e periperi.
- Ecossistema Protegido - Manguezal e vegetação fixadora de Dunas.

2.11. SOLOS:

Solos predominantes e características principais:

- Areias Quartzosas Distróficas - fertilidade natural extremamente baixa, textura arenosa, excessivamente drenados, relevo plano, profundos.
- Uso: são utilizadas com culturas de subsistência e fruticulturas. São pobres em macro e micronutrientes, recomendando-se adubações parceladas e irrigação no período seco. Destaca-se no cultivo da abóbora, banana, cocoda-baía e na criação de galináceos.
- Apresentam relevo propício a mecanização agrícola, sendo mais indicadas para a cultura de coqueiro, cajueiro e sisal.
- Aptidão Agrícola: aptidão regular para silvicultura, regular para pastagem natural. Terras aptas para culturas especiais de ciclo longo, tais como algodão arbóreo, sisal, caju e coco. Aptidão regular para lavouras e para dois cultivos no ano (áreas de lato solo). Nas áreas de ocorrência de Solos Orgânicos Estróficos, aptidão regular para lavouras de ciclo curto. Terras indicadas para preservação da flora e da fauna, nas áreas de Dunas.
- Sistema de Manejo: baixo, médio e alto nível tecnológico. As práticas agrícolas podem estar condicionadas tanto ao trabalho braçal e a tração animal, com implementos agrícolas simples, como a moto mecanização.

2.12. RELEVO:

- Menos de 100 metros de altitude.
- Planície Costeira - formada por praias que têm como limites, de um lado, o mar, e, de outro, os Tabuleiros Costeiros, estende-se por todo o litoral. Esses terrenos planos são alterados em suas formas pela presença de dunas.

2.13. ASPECTOS GEOLÓGICOS:

- O município de Maxaranguape encontra-se inserido, geologicamente, na Província Borborema, sendo constituído pelos sedimentos do Grupo Barreiras (ENb), pelos depósitos Colúvio-eluviais (NQc), Dunas Inativas (Qd), depósitos Litorâneos (Q2l) e depósitos Aluvionares (Q2a).

2.14. BACIA HIDROGRÁFICAS – PRINCIPAIS RIOS; RIACHOS; AÇUDES; OUTROS.

2.14.1. ÁGUAS SUPERFICIAIS:

- O município de Maxaranguape possui 42,96% de seu território inserido nos domínios da bacia hidrográfica do Rio Maxaranguape, que o limita a Sul e 57,04% nos domínios da Faixa Litorânea Leste de Escoamento Difuso. Os principais tributários são os riachos: d' Água, Colônia e Saco. Os principais corpos de acumulação são as lagoas: do Baião Grande, da Moita, das Bestas Feras, do Jaburu, do Catolé, Mutuca, Baiãozinho, das Cutias, Barrenta, do Pacheco, Grande e Vermelha. Não existem açudes com capacidade de acumulação igual ou superior a 100.000m³. Todos os cursos d'água são intermitentes e o padrão de drenagem é o dendrítico.

2.14.2. ÁGUAS SUBTERRÂNEAS (DOMÍNIOS HIDROGEOLÓGICOS):

- O município de Maxaranguape está totalmente inserido no Domínio Hidro geológico Intersticial. O Domínio Intersticial é composto de rochas sedimentares do Grupo Barreiras, Depósitos Colúvio-eluviais, Depósitos Flúvio-lagunares, Depósitos litorâneos e das Dunas Inativas.

2.15. AREA EM km²:

- Utilização das terras - Matas e/ou florestas - naturais destinadas à preservação permanente ou reserva legal - Área dos estabelecimentos agropecuários – Cartogramas. **Área de 290 hectares**, o que equivale a **2.900.000 m²**(fonte: IBGE/2010).

3. INFRA-ESTRUTURA DO MUNICÍPIO.

3.1. ENERGIA ELÉTRICA:

Em geral o fornecimento de energia elétrica no município é feito pela COSERN (Companhia de Serviços Elétricos do Rio Grande do Norte), uma empresa que pertence ao Grupo Neoenergia. O fornecimento de energia elétrica está assim distribuído.

TABELA 5

CATEGORIA DOMICILIAR	QUANTIDADE DE DOMICÍLIOS	SITUAÇÃO
DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES	27	NÃO CONTEMPLADOS
	2568	CONTEMPLADOS
DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES – DE COMPANHIA DISTRIBUIDORA	2530	CONTEMPLADOS
DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES – DE COMPANHIA DISTRIBUIDORA / COM MEDIDOR	2347	CONTEMPLADOS
DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES - DE COMPANHIA DISTRIBUIDORA - COM MEDIDOR - COMUM A MAIS DE UM DOMICÍLIO	189	CONTEMPLADOS
DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES - DE COMPANHIA DISTRIBUIDORA - COM	2158	CONTEMPLADOS

MEDIDOR - DE USO EXCLUSIVO		
DOMICÍLIOS PARTICULARES - DE COMPANHIA DISTRIBUIDORA - SEM MEDIDOR	183	CONTEMPLADOS
DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES - DE OUTRA FONTE	38	CONTEMPLADOS

Fonte: IBGE (2010)

3.2. TELEFONIA E INTERNET:

- Todo município consta de telefonia fixa, mesmo de forma precária em algumas localidades.
- Constam instaladas torres de telefonia das seguintes empresas no município: Claro, Vivo, Tim e Oi.
- Boa parte do município consta de telefonia móvel da Tim, Claro, Vivo e Oi.
- O município consta de **internet** via rádio (01 provedor – Mgnet), satélite e modem (Tim, Claro, Vivo e Oi).

3.3. TRANSPORTE E COMUNICAÇÃO:

3.3.1. TRANSPORTE:

- DISTRIBUIÇÃO DA FROTA DO RIO GRANDE DO NORTE, SEGUNDO O TIPO DE VEÍCULO EM 10/09/2014.

TABELA 6

TIPO	ESTADO	%	MAXARANGUAPE	%	DEMAIS CIDADES	%
AUTOMOVEL	449.361	44,25	562	0,13	448.799	99,87
CAMINHAO	28.483	2,80	23	0,08	28.460	99,92
CAMINHAO TRATOR	2.799	0,28	0	0	2.799	100,00
CAMINHONETE	59.163	5,83	109	0,18	59.054	99,82
CAMIONETA	32.601	3,21	33	0,10	32.568	99,90
CICLOMOTOR	535	0,05	0	0	535	100,00
MICROONIBUS	4.448	0,44	9	0,20	4.439	99,80

MOTOCICLETA	358.248	35,28	575	0,16	357.673	99,84
MOTONETA	48.627	4,79	14	0,03	48.613	99,97
MOTOR-CASA	34	0,00	0	0	34	100,00
ONIBUS	6.070	0,60	9	0,15	6.061	99,85
REBOQUE	10.071	0,99	15	0,15	10.056	99,85
SEMI-REBOQUE	4.355	0,43	0	0	4.355	100,00
SIDE-CAR	40	0,00	0	0	40	100,00
TRATOR DE RODAS	103	0,01	0	0	103	100,00
TRATOR ESTEIRAS	9	0,00	0	0	9	100,00
TRATOR MISTO	5	0,00	0	0	5	100,00
TRICICLO	471	0,05	0	0	471	100,00
UTILITARIO	10.092	0,99	11	0,11	10.081	99,89
TOTAL	1.015.515	100,00	1.360	0,13	1.014.155	99,87

Fonte: Setor de Estatística/DETRAN-RN (2014).

3.3.2. VEÍCULOS DE COMUNICAÇÃO:

- Veículo de comunicação para obtenção de informações – valores percentuais.

TABELA 7

VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ATIVIDADE PRODUTIVA (%)				
	AGRONEGÓCIO	COMÉRCIO	CONSTRUÇÃO	INDÚSTRIA	SERVIÇO
CARRO DE SOM	-	15,46	-	-	12,07
EMAIL/BLOG	-	4,12	-	-	13,79
FOLHETOS	-	4,12	-	-	3,45
JORNAL	-	7,22	-	-	13,79
OUTDOOR	-	4,12	-	-	5,17
RÁDIO	-	9,28	-	-	8,62
TV	-	72,16	-	100,00	63,79

Esta questão admite múltiplas respostas.

Fonte: portaldodesenvolvimento.gov.br (2013)

3.3.3. TRANSPORTES COLETIVOS

- O transporte coletivo intermunicipal é realizado por linha de ônibus (empresa privada) todos os dias em diferentes horários.
- O transporte coletivo dentro município é feito por micro-ônibus e Kombi (empresas particulares).
- O transporte de pessoas é feito, também, pelos táxis municipais.

3.4. ESTRADAS E VIAS DE ACESSO

3.4.1. ESTRADAS E VIAS DE ACESSO TERRESTRES

O acesso terrestre do município é feito, basicamente, pela BR 101 e RN 160 estadual. Todas as localidades do município de Maxaranguape estão interligadas, principalmente, por estradas municipais não pavimentadas. Os principais trechos de interligação intermunicipal são:

- a) Sede – distrito de Caraúbas (via asfaltada);
- b) Distrito de Caraúbas – distrito de Maracajaú;
- c) Distrito de Maracajaú – BR 101 (via asfaltada);
- d) Distrito de Caraúbas – Assentamentos São José / Novo Horizonte II;
- e) Assentamento Novo Horizonte II – Riacho d'Água;
- f) Riacho d'Água – distrito de Dom Marcolino Dantas (via pavimentada);
- g) Distrito de Dom Marcolino Dantas – Assentamento Nova Vida II / Assentamento Vale Verde;
- h) Assentamento Nova Vida II – Localidade de Santa Ana.

3.4.2. VIAS DE ACESSO FLUVIAIS E/ OU OCEANICAS

O acesso fluvial do município é feito pelo Oceano Atlântico e Rio Maxaranguape.

3.4.3. VIAS DE ACESSO AÉREAS

O acesso aéreo é feito por apenas helicóptero, pois não temos pista de pouso.

Privilegiada geograficamente (como mostram os mapas e as tabelas acima inseridas), o município de Maxaranguape tem em sua geografia o ponto mais próximo da África, o Cabo de São Roque e dispõe de forte potencial para o turismo. Contudo, devido sua distância da capital, é possível (de acordo com as tabelas), detectar problemas nas suas vias de acesso, telefonia, acesso à rede mundial de computadores e em sua frota de transporte coletivo, contando apenas com opção de carros alternativos autorizados pelo DEMUTRAN (Departamento Municipal de Transito) e um ônibus por dia para conduzir a população a capital. Para os municípios circunvizinhos a população pode contar apenas com os alternativos a custos maiores.

4. ASPECTOS ECONÔMICOS E CONDIÇÕES DE VIDA NO MUNICÍPIO

4.1. PIB (PRODUTO INTERNO BRUTO)

Entre 2005 e 2010, segundo o IBGE, o Produto Interno Bruto (PIB) do município cresceu 53,3%, passando de R\$ 29,8 milhões para R\$ 45,6 milhões. O crescimento percentual foi inferior ao verificado no Estado, que foi de 56,2%. A participação do PIB do município na composição do PIB estadual diminuiu de 0,17% para 0,16% no período de 2005 a 2010.

A estrutura econômica municipal demonstrava participação expressiva do setor de Serviços, o qual respondia por 68,6% do PIB municipal. Cabe destacar o setor secundário ou industrial, cuja participação no PIB era de 8,0% em 2010, contra 9,4% em 2005. Variação essa similar à verificada no Estado, em que a participação industrial cresceu de 9,4% em 2005 para 17,6% em 2010.

O PIB do município de Maxaranguape está calculado a preços correntes/ R\$ 1.000,00.

TABELA 8

PIB MUNICIPAL CALCULADO A PREÇOS CORRENTES/ 1.000,00	
ANO	VALOR
2005	R\$ 29.765,10
2006	R\$ 40.920,00
2007	R\$ 39.692,10
2008	R\$ 41.283,10
2009	R\$ 45.652,06
2010	R\$ 53.492,97
2011	R\$ 57.155,74
2012	R\$ 61.009,81

FONTE: IBGE (2013)

GRÁFICO 4

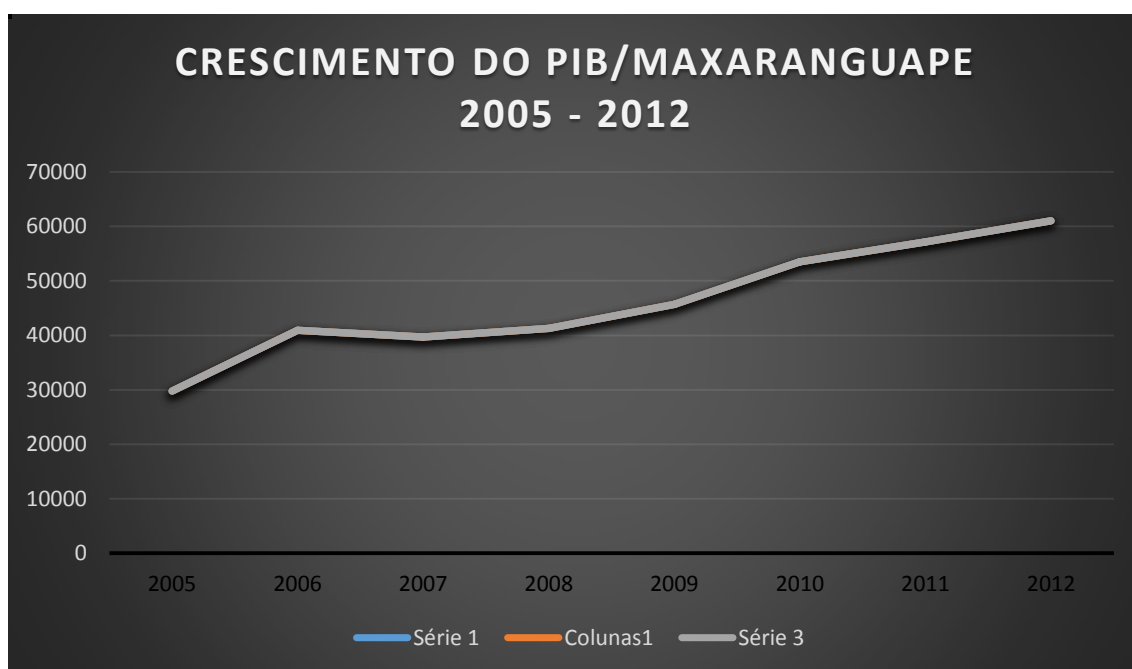


TABELA 9

PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO NO TOTAL DO PIB – 2012	
ESTADUAL	MUNICIPAL
0,15%	0,00%

FONTE: IBGE (2013)

RAZÃO MUNICÍPIO ESTADO - 2012	0,461
-------------------------------	-------

FONTE: IBGE (2013)

POSIÇÃO MUNICIPAL PELO PIB – 2012	
NACIONAL	ESTADUAL
4.412°	137°

FONTE: IBGE (2013)

COEFICIENTE DO <u>PIB PER CAPITA</u> MUNICIPAL PELO PIB PER CARPITA – 2012	
MUNICÍPIO/BRASIL	MUNICÍPIO/ESTADO
0,249	0,461

FONTE: IBGE (2013)

VALOR / PARTICIPAÇÃO NO PIB ADICIONADO BRUTO POR SETOR DA ECONOMIA		
SETOR	VALOR BUTO	RAZÃO
SERVIÇOS	46.667,36	76,5%
INDÚSTRIA	5.530,08	9,1%
IMPOSTOS	4.579,69	7,5%
ADMINIST. PÚBLICA	32.850,86	6,9%

FONTE: IBGE (2013)

O município, de acordo com as tabelas, tem participação mínima nos PIB estadual e nacional. Contudo, internamente o município demonstra um crescimento significativo de mais de 100% em 07 (sete) anos. Caberá aos gestores financeiros do município decidir a melhor forma de aplicar 10% deste em educação.

4.2. SITUAÇÃO DE EXTREMA POBREZA NO MUNICÍPIO – RENDA DOMICILIAR PER CAPITA

4.2.1 CONDIÇÕES DE VIDA DA POPULAÇÃO

Há mais ou menos duas décadas, a população de Maxaranguape tinha a pesca como sua principal fonte de renda seguida da agricultura, da pecuária e do comércio varejista. Estes dois últimos de pouca relevância na constituição econômica do município.

No início dos anos 90, esta realidade econômica toma uma nova forma. Surgem os primeiros investimentos em empreendimentos turísticos no município, vislumbrando, primeiramente a exploração dos Parrachos da praia de Maracajaú, distrito de Maxaranguape. A partir de então, começam a serem construídas as primeiras pousadas, bem como parques aquáticos. Este novo segmento econômico promove a aparição de um novo tipo de profissão que até então não existia: os profissionais ligados aos setores de hotelaria (pousadas), restaurantes, prática de mergulhos submarinos, guias turísticos, manobristas de lanchas, entre outros.

Estes novos profissionais migraram da atividade pesqueira, em busca de melhores oportunidades e, que viesse somar melhoria e qualidade de vida para eles. Muitas embarcações que até então eram utilizadas na prática da pesca, foram transformadas em “jangalanchas” para o transporte de turistas até os bancos de corais ou Parrachos.

Durante esta trajetória econômica, outra fonte de renda passa a ter bastante relevância na população maxaranguapense, são os funcionários públicos. Principalmente nas áreas da educação, saúde, limpeza pública e administrativa.

Portanto, hoje, Maxaranguape tem como fontes de renda, em ordem de importância, o turismo com oferta de empregos em pousadas, na gastronomia e na exploração das belezas marinhas e terrestres, a pesca, o funcionalismo público e a agricultura e pecuária com baixa relevância na economia local.

4.2.2. RENDA PER CAPITA DO MUNICÍPIO

Segundo o Censo 2010 do IBGE, a Renda Per Capita do município é de 4.461,66, com previsão de passar para 5.377,34 em 2011.

Maxaranguape possuía 10.810 habitantes, segundo o Censo de 2010 do IBGE divididos da seguinte forma por faixa etária.

TABELA 10

FAIXA ETÁRIA	QUANTIDADE
0 a 4 anos	1.024
05 a 09 anos	1.066
10 a 14 anos	1.169
15 a 19 anos	1.108
20 a 24 anos	945
25 a 29 anos	886
30 a 39 anos	1.462
40 a 49 anos	1.102
50 a 59 anos	736
60 anos ou mais	1.312

FONTE: IBGE (2010)

O Censo de 2010 do IBGE, também apresenta outros dados do município como o IDH com a média de **0,608**.

Já com relação à situação da população do município no mapa de da pobreza e estado de indigência temos um percentual entre **16 a 24%**.

A taxa de mortalidade infantil, segundo dados do Selo Unicef em seus indicadores, Maxaranguape tem **11,6%**.

No entanto, é importante lembrarmos que todas estas informações coletadas são de 4 anos atrás, quando no município ainda não existiam políticas públicas de relevância no combate ao analfabetismo.

4.3. MERCADO DE TRABALHO: PESSOAS ECONOMICAMENTE ATIVA

TABELA 11

POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA

SETOR DE ATIVIDADE	POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA ATÉ 2013
PRIMÁRIO	4.029
SECUNDÁRIO	3.084
TERCIÁRIO	623
TOTAL	7.736

FONTE: IBGE (2010)

Fica claro, de acordo com os dados, que a maior parte da população economicamente ativa está concentrada nos setores primários e secundários. Isto revela um grande número de empregados na cultura agropecuária e de prestadores de serviço à prefeitura distribuídos em suas diferentes secretarias.

4.3.1. PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA

TABELA 12

PRODUÇÃO		
ATIVIDADE	PRINCIPAIS PRODUTOS	QUANTIDADES PRODUZIDAS POR ANO / HECTARE
AGRICULTURA	Abacaxi	405 mil unidades/ 17 hec
	Batata doce	150 t / 15 hec
	Cana de açúcar	1200 t / 20 hec
	Banana	1620 t / 90 hec
	Castanha de caju	72 t / 200 hec
	Coco	448.000 unidades /160 hec
	Limão	140 t / 20 hec
	Manga	108 t / 12 hec
PECUÁRIA	Bovino	1.278 cabeças
	Equinos	100 cabeças
	Asininos	50 cabeças
	Muares	25 cabeças
	Suínos	467 cabeças
	Ovinos	180 cabeças

	Frangos	6.700 cabeças
	Galinhas	2.900 cabeças
	Vacas de leite	350 cabeças
	Leite	315.000 l
	Ovos	21.000 dúzias
PESCA	Lagosta	30 t
	Peixes	150 t
INDÚSTRIA	-	-
COMÉRCIO	Supermercados/Mercearias	23
	Lojas de varejo	04
	Farmácias	08
	Quiosques e lanchonetes	60
SERVIÇOS	Correios	01
	Agencia Bancária	01
	Lotéricas Caixa Econômica	01

FONTE: IBGE (2014)

TABELA 13

AGRICULTURA FAMILIAR		
NÚMERO DE AGRICULTORES CADASTRADOS NA DAF: 507 Famílias		
PRODUTO	PRODUÇÃO ANUAL	PROGRAMA SOCIAL
COCO SECO	10.000 FRUTOS	PNAE
COCO VERDE	10. 000 FRUTOS	COMPRA DIRETA
MACAXEIRA	1.500 kg	CONAB
BATATA DOCE	200 TONELADAS	COMPRA DIRETA
GERIMUM	300 TONELADAS	COMPRA DIRETA
BANANA	200 TONELADAS	COMPRA DIRETA
CAJÚ	1.000 kg	COMPRA DIRETA

FONTE: IBGE (2014)

Quanto ao mercado de trabalho, a maior parte dos envolvidos estão na condição de prestadores de mão de obra. Os proprietários de barcos, e monofundiários são minoria no quantitativo demonstrado na tabela. Bem como o quantitativo de empreendedores também é pequeno diminuindo a oferta de trabalho no setor do comércio. Isto leva a nossos jovens as opções de ingressar como mão de obra na pesca (litoral), ou agricultura (zona rural), muito cedo, ter em sua família algum empreendedor que lhe ofereça oportunidade de emprego, receber uma oportunidade de prestar serviço à prefeitura como servidor contratado ou migrar para a capital e tentar rumos diferenciados no comércio ou no mundo fabril.

5. ASPECTOS CULTURAIS DO MUNICÍPIO

TABELA 14

ASPECTOS CULTURAIS				
PRINCIPAIS MANIFESTAÇÕES CULTURAIS	ESTABELECIMENTOS E PONTOS CULTURAIS	FERIADOS MUNICIPAIS	ESPORTES PRATICADOS	CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA
<p>Janeiro</p> <p>06 – Corrida de Jangadas – Competições de embarcações de pequeno porte (jangadas, paquetes), com shows e sorteios. Local: Praia de Maracajaú</p> <p>09 – Festa de Emancipação do Município. Campeonatos esportivos, shows, etc. Local: Distritos do Município e sede da Cidade (praia)</p> <p>Fevereiro</p> <p>Carnaval na Barra – Bailes no Clube Princesinha, arena da folia com palco, iluminação e decoração. Local: Praia de Barra de Maxaranguape e distritos</p> <p>Junho</p> <p>20 à 24 – São João de Maracajaú – Maracajoão – Homenagem ao padroeiro do distrito (São João Batista), resgate das tradições culturais, apresentações culturais, pau de sebo, barracas de comidas típicas. Local: Praça Central de Maracajaú</p> <p>Dezembro</p> <p>08 à 20 – Festa da</p>	<p>Cabo de São Roque Mergulho recreativo nos Parrachos de Maracajaú</p> <p>Área de Proteção Ambiental Estadual dos Recifes de Corais</p> <p>Centro de Capoeira Boa Vontade - CBV - Mestre Canelão - Centro: Maxaranguape</p> <p>Centro musical Maxaranguape Local sede</p> <p>Cabo de São Roque Árvore do Amor</p>	<p>19 de Março - Assentamento Nova Vida - padroeiro São José.</p> <p>19 de Março - Assentamento São José - Padroeiro:</p> <p>31 de Maio - Dom Marcolino Dantas - Nossa senhora da Conceição</p> <p>13 de Junho - Riacho D'Água - Padroeiro: Santo Antônio</p> <p>24 de Junho - Maracajaú - Padroeiro: São João Batista</p> <p>26 de Julho - Santa Ana - Padroeiro: Santa Ana</p> <p>29 de Outubro - Assentamento Novo Horizonte II - Padroeiro: Nossa senhora das vitórias</p> <p>19 de Novembro - Caraúbas -</p>	<p>FUTEBOL BEACH SOCCER BEACH HANDEBOL FUT SAL SURF VAQUEJADA</p>	<p>O conselho ainda não foi instituído no município. No ano de 2009 através da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto foi realizado a primeira conferência municipal de cultura na Câmara Municipal de Maxaranguape, espaço repositivo e democrático, onde foi discutido com os diversos segmentos da classe artística e cultural as diretrizes da cultura maxaranguapense, no entanto o conselho e o plano de cultura não foram elaborados e nem apresentados ao legislativo municipal.</p>

Padroeira do Município – Nossa Senhora da Conceição. Quermesse, novenas, leilão, shows, barracas. Local: Praça da Matriz Boi de Reis, Lapinhas, Pastoril de Fitas Festas de santos tradicionais Artesanato local, rendas de bilros e labirintos, típicos do Nordeste. Dramas		Padroeiro: Nossa Senhora da Guia 08 de Dezembro - Maxaranguape - Padroeiro: Nossa Senhora da Conceição		

FONTE: Depto. Cultura da SME (2014)

Maxaranguape é um município culturalmente muito diversificado, pois tem em suas origens étnicas (ver tabela 04), e isto potencializa a diversificação do currículo escolar e a capacidade turística do mesmo.

6. ESTRUTURA DA EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO

6.1. EQUIPE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

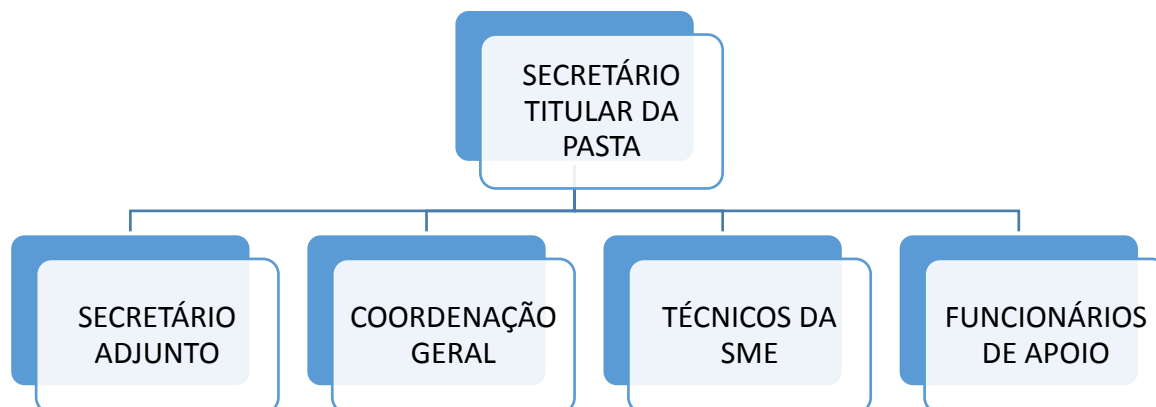
TABELA 15

FUNÇÃO	QUANTIDADE
SECRETÁRIO (a)	01
SECRETÁRIO (a) ADJUNTO (a)	01
COORDENADOR (a) GERAL	01
TÉCNICOS	08
NUTRICIONISTA	01
APOIO	09
MOTORISTAS	11
TOTAL	32

FONTE: RH SME (2015)

6.1.1. CONSTITUIÇÃO DA EQUIPE CENTRAL

A equipe da Secretaria Municipal da Educação, da Cultura e do Desporto é constituída de uma equipe de prestadores de serviço à prefeitura municipal e de acordo com sua filosofia de gestão, segue ao seguinte fluxograma:



O fluxograma sugere uma gestão onde se trabalha em uma linearidade de comando. Contudo, pela nomenclatura das funções fica evidente que mesmo adotando uma postura democrática na determinação de suas ações, a cada setor é definido sua função e a quem se reportará imediatamente.

Encontramos algumas dificuldades na questão do acesso aos meios tecnológicos que irão acelerar aos processos em andamento. A falta de mecanismos, verbas na secretaria e equipamentos em número suficiente para realização do trabalho, por vezes, travam, desaceleram ou comprometem o que foi planejado na SME.

Outro ponto de dificuldade e de grande relevância é a dependência criada das ações da educação com o quadro de funcionários contratados. Muitos trabalhos ficam intrinsecamente ligados a ativação dessa mão de obra, fato que retarda o andamento de diferentes ações educacionais.

Temos como pontos fortes a unidade da equipe e integração dos setores, pois seguimos uma programação pré estabelecida por meio de reuniões e planejamentos coordenados pelo ator correspondente que têm fomentados o sucesso de nossas ações. E, ainda a manutenção da equipe por um tempo que lhes possibilitou o conhecimento adequado para agir com propriedade diante das ações educacionais exigidas pela configuração municipal.

É objetivo da Secretaria Municipal de Educação subsidiar as unidades escolares da rede fomentando aos processos do Ensino e das diferentes Aprendizagens.

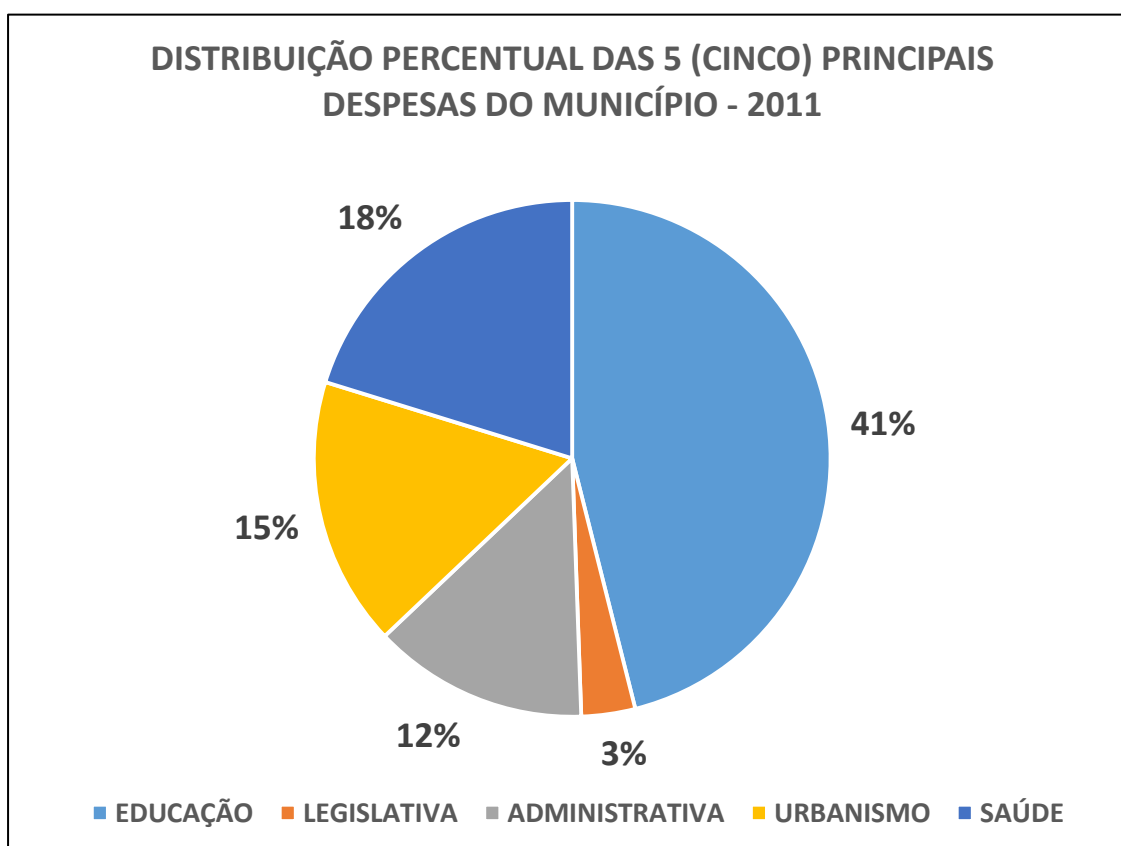
6.2. RECURSOS FINANCEIROS DA EDUCAÇÃO

A receita orçamentária do município passou de R\$ 7,3 milhões em 2005 para R\$ 13,4 milhões em 2011, o que retrata uma alta de 84,2% no período ou 16,50% ao ano.

A proporção das receitas próprias, ou seja, geradas a partir das atividades econômicas do município, em relação à receita orçamentária total, passou de 9,67% em 2005 para 9,28% em 2011, e quando se analisa todos os municípios juntos do estado, a proporção aumentou de 15,25% para 15,78%.

A dependência em relação ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM) diminuiu no município, passando de 44,78% da receita orçamentária em 2005 para 33,13% em 2011. Essa dependência foi superior àquela registrada para todos os municípios do Estado, que ficou em 31,35% em 2011.

As despesas com educação, saúde, urbanismo, administração e assistência social foram responsáveis por 92,78% das despesas municipais. Em assistência social, as despesas alcançaram 2,38% do orçamento total, valor esse inferior à média de todos os municípios do estado, de 5,18%.



**GR
ÁFI
CO
5**

*FON
TE:
IBG
E
(2010
)*

6.2.1. RECURSOS FINANCEIROS E CONVENIOS DO MUNCÍPIO

TABELA 16

CONVÊNIOS POR ESTADO/MUNICÍPIO

UF:	RN
Período:	01/01/1996 a 16/03/2015
Total conveniado com municípios do Estado:	R\$ 6.698.298.061,60

<u>Município</u>	<u>Quantidade</u>	<u>Valor Conveniado (R\$)</u>	<u>Valor Liberado (R\$)</u>	<u>Planilha Detalhada</u>
<u>MAXARANGUAPE</u>	66	12.272.930,90	6.479.783,37	■

FONTE: Portal da Transparência (2015).

6.2.2. RECURSOS FINANCEIROS E CONVENIOS DA EDUCAÇÃO NOS ÚLTIMOS 03 (três) ANOS

TABELA 17

RECURSOS RECEBIDOS NA EDUCAÇÃO / MAXARANGUAPE – 2012				
ÁREA	AÇÃO	LINGUAGEM CIDADÃ	TOTAL EM DEZEMBRO	ACUMULO DO ANO
Educação	8744 - Apoio à Alimentação Escolar na Educação Básica		0,00	273.912,00
Educação	8790 - Apoio à Alfabetização e à Educação de Jovens e Adultos		0,00	19.180,00
Educação	0969 - Apoio ao Transporte Escolar na Educação Básica	PNATE	0,00	131.633,79
Educação	0509 - Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica	Promed	0,00	1.028.132,74
Educação	0515 - Dinheiro Direto na Escola para a Educação Básica	PDDE	891,00	621.704,56
TOTAL				2.074.623,09

FONTE: Portal da Transparência (2015).

TABELA 18

RECURSOS RECEBIDOS NA EDUCAÇÃO / MAXARANGUAPE – 2013				
ÁREA	AÇÃO	LINGUAGEM CIDADÃ	TOTAL EM DEZEMBRO	ACUMULO DO ANO
Educação	8744 - Apoio à Alimentação Escolar na Educação Básica		0,00	325.616,00
Educação	8790 - Apoio à Alfabetização e à Educação de Jovens e Adultos		0,00	31.826,02
Educação	0E36 - Complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB	FUNDEB	0,00	51.865,68
Educação	0969 - Apoio ao Transporte Escolar na Educação Básica	PNATE	13.236,61	119.129,25
Educação	0509 - Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica	Promed	0,00	128.100,00
Educação	0515 - Dinheiro Direto na Escola para a Educação Básica	PDDE	0,00	527.381,92
TOTAL				1.183.918,87

FONTE: Portal da Transparência (2015)

TABELA 19

RECURSOS RECEBIDOS NA EDUCAÇÃO / MAXARANGUAPE – 2014				
ÁREA	AÇÃO	LINGUAGEM CIDADÃ	TOTAL EM DEZEMBRO	ACUMULO DO ANO
Educação	0969 - Apoio ao Transporte Escolar na Educação Básica	PNATE	12.833,22	115.498,90
Educação	0515 - Dinheiro Direto na Escola para a Educação Básica	PDDE	0,00	449.351,47
Educação	0E36 - Complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB	FUNDEB	11.690,49	219.548,52
Educação	8744 - Apoio à Alimentação Escolar na Educação Básica (PNAE)		39.534,00	301.548,00
TOTAL				1.085.946,89

FONTE: Portal da Transparência (2015)

Ao fim do triênio 2012, 2013 e 2014, o município de Maxaranguape recebeu repasses ligados à Educação no valor de **R\$ 4.344.488,85 (Quatro milhões, trezentos e quarenta e quatro mil, quatrocentos e oitenta e oito reais e oitenta e cinco centavos)**.

6.3. GESTÃO DEMOCRÁTICA DA EDUCAÇÃO

Dentro dos padrões educacionais propostos para gestão democrática algumas ações e metodologias são adotadas pela SME e pelas gestões escolares.

As gestões escolares mantêm estreita relação com a os diferentes públicos que compõem a comunidade escolar em uma periodicidade que varia de acordo com as características do contexto ou com a necessidade de agrupamento desses atores. De acordo com as necessidades são reunidos os diferentes setores através de suas representatividades dentro dos conselhos.

6.3.1. GESTÃO DE PESSOAS

O município adota como critério de seleção de funcionários duas estratégias básicas: o **Concurso Público** e a **Seleção por Currículo** para assinatura de contrato temporário.

Os contratos têm validade de 10 meses e são aprovados pelo titular da pasta da educação em consonância com o setor de RH, mediante a análise de curriculum.

Quanto ao concurso, as regras de implementação se dão por meio de edital aprovados pelo legislativo. Ambas estratégias se embasam determinações legais.

No âmbito federal, a **Lei** nº 9.515/97 disciplinou a questão, inserindo o § 3º no art. 5º da Lei nº 8.112/90. A partir da EC nº 19/98 “A exigência de concurso público para a investidura em cargo público, no Distrito Federal e nos Municípios que, quando da promulgação da Carta Federal abrir o concurso público, realizá-lo e homologar o resultado...”.

No âmbito municipal as contratações estão previstas em lei municipal e endossadas pelos Poderes Legislativo e Executivo.

A Administração Municipal conta com **648 servidores**, entre os quais **36,4%** são estatutários. Entre 2009 e 2015 o município não realizou concurso público. Ainda há pendências jurídicas quanto a processos anteriores (1999 e 2008), impossibilitando a realização de outros concursos até o parecer final da justiça.

6.4. PANORAMA DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO MUNICÍPIO

6.4.1 ESTABELECIMENTOS DE ENSINO

O município apresenta 18 unidades de ensino, sendo 16 da esfera Municipal e 02 na esfera Estadual. Um total de 169 salas de aula. Uma das unidades do estado, assume salas de Ensino Fundamental I e a outra unidade assume a oferta do Ensino Médio do município.

TABELA 20

ESTABELECIMENTOS DE ENSINO					
ESCOLAS	DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA				
	TOTAL	MUNICIPAL	ESTADUAL	FEDERAL	PRIVADA
EDU. INFANTIL	04	04	-	-	-
ENSINO FUNDAMENTAL	13	12	01	-	-
ENSINO MÉDIO	01	-	01	-	-
EDUCAÇÃO ESPECIAL	-	-	-	-	-
EJA	-	-	-	-	-
EDU PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	-	-	-	-	-
EDU INDÍGENA	-	-	-	-	-
TOTAL	18	16	02	00	-

FONTE: EDUCACENSO (2014)

TABELA 21

ESCOLAS DA REDE				
ESCOLA	MODALIDADE DE ENSINO	LOCALIDADE	LOCALIZAÇÃO	DEPEND. ADMIN.
E. M. PROF. GERMANO GREGÓRIO	ENSINO FUNDAMENTAL II	SEDE	URBANA	MUNICIPAL
E. M. DUQUE DE CAXIAS	ENSINO FUNDAMENTAL I e EJA	SEDE	URBANA	MUNICIPAL
CH MUL APRENDER EM BOAS MÃOS	EDUCAÇÃO INFANTIL	SEDE	URBANA	MUNICIPAL
E. M. ESMERINO GOMES	ENSINOS FUNDAMENTAL I e II	CARAÚBAS	CAMPO	MUNICIPAL
CH MUL M ^a DE LOURDES	EDUCAÇÃO INFANTIL	CARAÚBAS	CAMPO	MUNICIPAL
E. M. EVA VARELA CAVALCANTE	ENSINO FUNDAMENTAL II	MARACAJAÚ	CAMPO	MUNICIPAL
E. M. PROF. CALIXTO	ENSINO FUNDAMENTAL I e EJA	MARACAJAÚ	CAMPO	MUNICIPAL
CEIMAR	ENSINOS FUNDAMENTAL I e II	MARACAJAÚ	CAMPO	MUNICIPAL
CH MUL DE MARACAJAÚ	EDUCAÇÃO INFANTIL	MARACAJAÚ	CAMPO	MUNICIPAL
E. M. JOSÉ ROMEIRO	ENSINO FUNDAMENTAL I	ASS. SOLEDADE	CAMPO	MUNICIPAL
E. M. SÃO JOSÉ	ENSINO FUNDAMENTAL I	ASS. SÃO JOSÉ	CAMPO	MUNICIPAL
E. M. M ^a DO CÉU DE BARROS	ENSINO FUNDAMENTAL I	RIACHO D'ÁGUA	CAMPO	MUNICIPAL
E. M. DOM MARCOLINO DANTAS	ENSINOS FUNDAMENTAL I e II e EJA	DOM MARCOLINO	CAMPO	MUNICIPAL
E. M. PEDRO COSTA E SILVA	ENSINO FUNDAMENTAL I	ASS. NOVA VIDA II	CAMPO	MUNICIPAL
CH MUL NOVA VIDA	EDUCAÇÃO INFANTIL	ASS. NOVA VIDA II	CAMPO	MUNICIPAL
E. M. SANTA ANA	ENSINO FUNDAMENTAL I	SANTA ANA	CAMPO	MUNICIPAL
E. E. STOESEL DE BRITO	ENSINO MÉDIO	SEDE	URBANA	ESTADUAL
E. E. RAIMUNDO DE OLIVEIRA	ENSINO FUNDAMENTAL I	SEDE	URBANA	ESTADUAL

FONTE: RH SME (2015)

TABELA 22

SALAS DE AULA									
DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA	CRECHE	PRÉ ESCOLA	ENS FUNDAMENTAL	ENS MÉDIO	EDUCAÇÃO ESPECIAL	EJA	EDU PROF E TEC	EDUCAÇÃO SUPERIOR	TOTAL
ESTADUAL	-	-	05	13	-	04	-	-	22
MUNICIPAL	19	11	98	-	-	19	-	-	147
PARTICULAR	-	-	-	-	-	-	-	-	-

FONTE: EDUCACENSO (2014)

6.4.2. MATRICULAS

O município apresenta um cenário de aumento na oferta de matrículas em todos os níveis de ensino. Mesmo com problemas na estrutura das escolas da rede, o acesso das crianças à escola tem sido garantido.

TABELA 23

QUANTITATIVO DE MATRICULA						
ANO	TOTAL	EDUCAÇÃO INFANTIL	ENSINO FUNDAMENTAL I	ENSINO FUNDAMENTAL II	EJA	ENSINO MÉDIO
2009	3363	514	1349	1144	356	307
2010	3330	596	1272	1123	339	302
2011	3284	582	1244	1002	456	304
2012	3050	466	1239	980	365	287
2013	3195	593	1205	1022	375	290
2014	2972	583	1094	1019	276	309

FONTE: EDUCACENSO (2014)

6.4.3. PESSOAL DOCENTE E APOIO

TABELA 24

QUANTITATIVO DE PROFESSORES – 2014							
PROFESSORES		EDUC INFANTIL		ENS FUNDAMENTAL I		ENSINO FUNDAMENTAL II	
CONTRATO	EFETIVO	CONTRATO	EFETIVO	CONTRATO	EFETIVO	CONTRATO	EFETIVO
98	42	29	4	31	21	38	17
140		33		52		55	

FONTE: EDUCACENSO (2014)

TABELA 25

QUANTITATIVO DE PESSOAL DE APOIOEDUCAÇÃO / ESCOLAS – 2014									
PORTEIROS		MERENDEIRAS		VIGIA		SECRETARIA		ASG	
CONTRATO	EFETIVO	CONTRATO	EFETIVO	CONTRATO	EFETIVO	CONTRATO	EFETIVO	CONTRATO	EFETIVO
03	07	15	14	02	-	07	10	26	19
10		29		02		17		45	

FONTE: EDUCACENSO (2014)

Podemos constatar que o quantitativo de professores do quadro efetivo é menor que o quadro de contratos temporários, indicando que há uma necessidade de complemento do quadro docente do município. O mesmo quadro se repete na oferta de serviços de apoio escolar.

6.4.4. ESCOLARIZAÇÃO

TABELA 26

NÚMEROS DE ESCOLARIZAÇÃO					
NÍVEL DE ENSINO	2009	2010	2011	2012	2013
1º AO 5º ANO MUN 88% ESTADO 12%	1512	1435	1424	1371	1421
6º AO 9º ANO	1144	1157	1002	980	963
EJA	229	157	150	286	276
ENSINO MÉDIO	276	474	191	197	208
EJA – ENSINO MÉDIO	40	129	78	150	120
EDU PROF E TEC	-	-	-	-	-

FONTE: EDUCACENSO (2014)

TABELA 27

POPULAÇÃO ESCOLARIZADA					
FAIXA ETÁRIA	2009	2010	2011	2012	2013
5 – 10 ANOS	1425	1254	1307	1219	1258
11 – 15 ANOS	1121	1163	940	956	958
15 – 17 ANOS	307	434	435	956	958
20 – 30 ANOS	276	474	191	114	208
+ 30 ANOS	256	440	545	436	276

FONTE: EDUCACENSO (2014)

O município de Maxaranguape apresenta, de acordo com dados do Educa censo, uma população escolarizada que determina um baixo índice de analfabetismo.

6.4.5. APROVAÇÃO, REPROVAÇÃO, REPETÊNCIA E EVASÃO

TABELA 28

TAXAS DE APROVAÇÃO – ESCOLAS MUNICIPAIS					
NÍVEL DE ENSINO	2009	2010	2011	2012	2013
1º AO 5º ANO	85%	82,6%	83,6%	84,7%	87,6%
6º AO 9º ANO	72,2%	75,2%	75,4%	80,2%	82,6%
EJA	86%	83%	85%	78%	74%
ENSINO MÉDIO	-	-	-	-	-
EDU PROF E TEC	-	-	-	-	-

FONTE: EDUCACENSO (2014)

TABELA 29

TAXAS DE APROVAÇÃO – ESCOLAS ESTADUAIS					
NÍVEL DE ENSINO	2009	2010	2011	2012	2013
1º AO 5º ANO	79,6%	80,1%	82,3%	78,6%	80,1%
6º AO 9º ANO	-	-	-	-	-
ENSINO MÉDIO	46,2%	72,5%	69,6%	66,5%	76,1%
EJA – ENSINO MÉDIO	88%	85%	86%	87%	86%

FONTE: EDUCACENSO (2014)

TABELA 30

TAXAS DE APROVAÇÃO – ESCOLAS PARTICULARES					
NÍVEL DE ENSINO	2009	2010	2011	2012	2013
1º AO 5º ANO	-	-	-	-	-
6º AO 9º ANO	-	-	-	-	-
ENSINO MÉDIO	-	-	-	-	-

FONTE: EDUCACENSO (2014)

TABELA 31

TAXAS DE REPETÊNCIA – ESCOLAS MUNICIPAIS					
NÍVEL DE ENSINO	2009	2010	2011	2012	2013
1º AO 5º ANO	10,58%	13,34%	10,58%	13,15%	11,33%
6º AO 9º ANO	17,72%	13,34%	10,58%	18,88%	11%
EJA	31,44%	50,48%	42,37%	18,88%	39,13%
ENSINO MÉDIO	-	-	-	-	-
EJA – ENSINO MÉDIO	-	-	-	-	-
EDU PROF E TEC	-	-	-	-	-

FONTE: EDUCACENSO (2014)

TABELA 32

TAXAS DE REPETÊNCIA – ESCOLAS ESTADUAIS					
NÍVEL DE ENSINO	2009	2010	2011	2012	2013
1º AO 5º ANO	17,79%	17,58%	15%	8,58%	17,17%
6º AO 9º ANO	-	-	-	-	-
EJA	-	-	-	-	-
ENSINO MÉDIO	18,64%	16,30%	14,50%	15,52%	14,78%
EJA – ENSINO MÉDIO	10,20%	8,30%	9,24%	10,30%	11,20%
EDU PROF E TEC	-	-	-	-	-

FONTE: EDUCACENSO (2014)

TABELA 33

TAXAS DE REPETÊNCIA – ESCOLAS PARTICULARES					
NÍVEL DE ENSINO	2009	2010	2011	2012	2013
1º AO 5º ANO	-	-	-	-	-
6º AO 9º ANO	-	-	-	-	-
ENSINO MÉDIO	-	-	-	-	-
EDU PROF E TEC	-	-	-	-	-

FONTE: EDUCACENSO (2014)

TABELA 34

TAXAS DE REPROVAÇÃO – ESCOLAS MUNICIPAIS					
NÍVEL DE ENSINO	2009	2010	2011	2012	2013
1º AO 5º ANO	11,5%	13,4%	12,6%	12,6%⁹	9,6%
6º AO 9º ANO	14,9%	17,9%	19,5%	15,6%	11,6%
EJA	14%	17%	15%	22%	26%
ENSINO MÉDIO	-	-	-	-	-
EDU PROF E TEC	-	-	-	-	-

FONTE: EDUCACENSO (2014)

TABELA 35

TAXAS DE REPROVAÇÃO – ESCOLAS ESTADUAIS					
NÍVEL DE ENSINO	2009	2010	2011	2012	2013
1º AO 5º ANO	20,4%	19,9%	17,7%	21,4%	19,9%
6º AO 9º ANO	-	-	-	-	-
EJA	-	-	-	-	-
ENSINO MÉDIO	28,7%	5,7%	15,5%	10,2%	8,4%
EJA – ENSINO MÉDIO	12%	15%	14%	13%	14%
EDU PROF E TEC	-	-	-	-	-

FONTE: EDUCACENSO (2014)

TABELA 36

TAXAS DE REPROVAÇÃO – ESCOLAS PARTICULARES					
NÍVEL DE ENSINO	2009	2010	2011	2012	2013
1º AO 5º ANO	-	-	-	-	-
6º AO 9º ANO	-	-	-	-	-
ENSINO MÉDIO	-	-	-	-	-
EDU PROF E TEC	-	-	-	-	-

FONTE: EDUCACENSO (2014)

TABELA 37

TAXAS DE ABANDONO – ESCOLAS MUNICIPAIS					
NÍVEL DE ENSINO	2009	2010	2011	2012	2013
1º AO 5º ANO	4,1%	3,8%	3,7%	2,3%	2,6%
6º AO 9º ANO	12,7%	6,2%	5,8%	4,6%	5,6%
EJA	35%	43%	56%	29%	38%
ENSINO MÉDIO	-	-	-	-	-
EJA – ENSINO MÉDIO	-	-	-	-	-
EDU PROF E TEC	-	-	-	-	-

FONTE: EDUCACENSO (2014)

TABELA 38

TAXAS DE ABANDONO – ESCOLAS ESTADUAIS					
NÍVEL DE ENSINO	2009	2010	2011	2012	2013
1º AO 5º ANO	3,1%	3,7%	5,9%	3,3%	4,1
6º AO 9º ANO	-	-	-	-	-
EJA	-	-	-	-	-
ENSINO MÉDIO	25,1%	21,7%	24%	22,8%	14,3%
EJA – ENSINO MÉDIO	25%	28%	35%	25%	39%
EDU PROF E TEC	-	-	-	-	-

FONTE: EDUCACENSO (2014)

TABELA 39

TAXAS DE ABANDONO – ESCOLAS PARTICULARES					
NÍVEL DE ENSINO	2009	2010	2011	2012	2013
1º AO 5º ANO	-	-	-	-	-
6º AO 9º ANO	-	-	-	-	-
EJA	-	-	-	-	-
ENSINO MÉDIO	-	-	-	-	-
EJA – ENSINO MÉDIO	-	-	-	-	-
EDU PROF E TEC	-	-	-	-	-

FONTE: EDUCACENSO (2014)

TABELA 40

TAXAS DE DISTORÇÃO – ESCOLAS MUNICIPAIS					
NÍVEL DE ENSINO	2009	2010	2011	2012	2013
1º AO 5º ANO	23,2%	20,6%	16,3%	16,1%	16%
6º AO 9º ANO	55,6%	31,1%	29,3%	29,8%	46%
ENSINO MÉDIO	-	-	-	-	-
EDU PROF E TEC	-	-	-	-	-

FONTE: EDUCACENSO (2014)

TABELA 41

TAXAS DE DISTORÇÃO – ESCOLAS ESTADUAIS					
NÍVEL DE ENSINO	2009	2010	2011	2012	2013
1º AO 5º ANO	21,4%	21,1%	19,4%	22,7%	19,7%
6º AO 9º ANO	-	-	-	-	-
ENSINO MÉDIO	59,3%	73,7%	40%	52%	48%
EDU PROF E TEC	-	-	-	-	-

FONTE: EDUCACENSO (2014)

TABELA 42

TAXAS DE DISTORÇÃO – ESCOLAS PARTICULARES					
NÍVEL DE ENSINO	2009	2010	2011	2012	2013
1º AO 5º ANO	-	-	-	-	-
6º AO 9º ANO	-	-	-	-	-
ENSINO MÉDIO	-	-	-	-	-
EDU PROF E TEC	-	-	-	-	-

FONTE: EDUCACENSO (2014)

TABELA 43

TAXAS DE EVASÃO – ESCOLAS MUNICIPAIS					
NÍVEL DE ENSINO	2009	2010	2011	2012	2013
1º AO 5º ANO	4,1%	3,8%	5,9%	3,3%	4,1%
6º AO 9º ANO	12,7%	6,2%	5,8%	4,6%	5,6%
EJA	35%	43%	56%	29%	38%
ENSINO MÉDIO	-	-	-	-	-
EJA – ENSINO MÉDIO	-	-	-	-	-
EDU PROF E TEC	-	-	-	-	-

FONTE: EDUCACENSO (2014)

TABELA 44

TAXAS DE EVASÃO – ESCOLAS ESTADUAIS					
NÍVEL DE ENSINO	2009	2010	2011	2012	2013
1º AO 5º ANO	3,1%	3,7%	5,9%	3,3%	4,1%
6º AO 9º ANO	-	-	-	-	-
EJA	-	-	-	-	-
ENSINO MÉDIO	251%	21,7%	24%	22,8%	14,3%
EJA – ENSINO MÉDIO	25%	28%	35%	25%	39%
EDU PROF E TEC					

FONTE: EDUCACENSO (2014)

TABELA 45

TAXAS DE EVASÃO – ESCOLAS PARTICULARES					
NÍVEL DE ENSINO	2009	2010	2011	2012	2013
1º AO 5º ANO	-	-	-	-	-
6º AO 9º ANO	-	-	-	-	-
EJA	-	-	-	-	-
ENSINO MÉDIO	-	-	-	-	-
EJA – ENSINO MÉDIO	-	-	-	-	-
EDU PROF E TEC	-	-	-	-	-

FONTE: EDUCACENSO (2014)

O município apresenta bons números quanto as taxas de aprovação, reprovação e repetência. Contudo, há um ponto que deve ser revisto e mecanismos de contenção devem ser instalados: a evasão. Esta é percebida com maior força na educação de jovens e adultos. Todas as escolas da rede que oferecem esta modalidade de ensino, tem sofrido com a evasão em massa que acontece ano a ano. Constata-se números de evasão que superam os 50% do quantitativo de matrícula.

6.2.1. IDEB

Na recente história do Ideb, Maxaranguape tem uma trajetória de avanço e conquistasse também de estagnação momentânea. Em sua primeira avaliação em 2005, o município obteve a média 1,9. Sendo, este o segundo pior resultado do estado. Isto gerou um desconforto educacional e político no município como um todo. Após estes resultados, no biênio seguinte a gestão municipal investiu maciçamente na qualificação de professores, aderindo a programas do Governo Federal. Em dois anos houve um aumento na média de 1,8 pontos, legando ao município a segunda posição no ranking do Ideb naquela edição.

Nos anos seguintes, houve uma queda decimal, mas sempre se manteve acima da meta projetada pelo MEC. Esta queda somada a uma manutenção e aumento, revela que devemos nos preocupar e investir em educação para que as aprendizagens se reflitam nas avaliações oficiais do Ministério da Educação.

TABELA 46

METAS NACIONAIS	2013	2015	2017	2019	2021
Anos Iniciais do Ensino Fundamental	4,9	5,2	5,5	5,7	6,0
Anos Finais do Ensino Fundamental	4,4	4,7	5,0	5,2	5,5
Ensino Médio	3,9	4,3	4,7	5,0	5,2

FONTE: INEP.GOV (2014)

TABELA 47

MAXARANGUAPE – 8ª série \ 9º ano												
IDEB					METAS PROJETADAS PELO MEC							
2005	2007	2009	2011	2013	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
2,5	2,9	3,4	3,3	4,3	2,5	2,7	2,9	3,3	3,7	4,0	4,2	4,5

FONTE: INEP.GOV (2014)

TABELA 48

MAXARANGUAPE – 4ª série \ 5º ano												
IDEB					METAS PROJETADAS PELO MEC							
2005	2007	2009	2011	2013	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
1,9	3,7	3,4	3,4	3,7	2,0	2,3	2,7	3,0	3,3	3,5	3,9	4,2

FONTE: INEP.GOV (2014)

TABELA 49

ANOS INICIAIS Escola †	Ideb Observado					Metas Projetadas							
	2005 †	2007 †	2009 †	2011 †	2013 †	2007 †	2009 †	2011 †	2013 †	2015 †	2017 †	2019 †	2021 †
CENTRO DE EDUCACAO INTEGRADA DE MARACAJAU – CEIMAR			3.7	4.4	3.5			3.9	4.2	4.5	4.8	5.1	5.4
EM DE PROF CALIXTO VARELA DE ALBUQUERQUE FILHO			2.7	3.3	3.1			2.9	3.2	3.5	3.8	4.1	4.4
EM DOM MARCOLINO DANTAS			2.8	3.1	3.3			3.1	3.3	3.6	3.9	4.2	4.6
EM DUQUE DE CAXIAS ENS DE 1 GRAU	1.7	3.7	3.6	3.4	3.8	1.8	2.3	2.7	3.0	3.3	3.5	3.9	4.2
EM ESMERINO GOMES DE SOUZA			3.0	2.6	3.4			3.3	3.6	3.8	4.2	4.5	4.8
EM PEDRO COSTA E SILVA			2.7		***			3.0	3.3	3.6	3.9	4.2	4.5
EM PROF MARIA DO CEU DE BARROS				3.1	3.2				3.4	3.6	3.9	4.2	4.5

FONTE: INEP.GOV (2014)

TABELA 50

ANOS FINAIS	Ideb Observado					Metas Projetadas							
	Escola †	2005 †	2007 †	2009 †	2011 †	2013 †	2007 †	2009 †	2011 †	2013 †	2015 †	2017 †	2019 †
CENTRO DE EDUCACAO INTEGRADA DE MARACAJAU - CEIMAR				4.1	3.4				4.3	4.6	4.9	5.1	5.4
EM DOM MARCOLINO DANTAS			2.9	3.0	3.3			3.0	3.3	3.6	3.9	4.2	4.4
EM ESMERINO GOMES DE SOUZA			3.7		***			3.8	4.1	4.4	4.7	4.9	5.2
EM EVA VARELA CAVALCANTE			2.0		***			2.6	3.0	3.4	3.7	3.9	4.2
EM GERMANO GREGORIO DA SILVA NETO	2.7	2.8	3.4	3.1	4.4	2.7	2.9	3.2	3.5	3.9	4.2	4.5	4.7

FONTE: INEP.GOV (2014)

De acordo com os demonstrativos das tabelas 46 a 51, o Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), o município de Maxaranguape obteve resultados expressivos no IDEB (índice de desenvolvimento da educação básica), exames de avaliação da educação realizados de dois em dois anos e que foram aplicados pela última vez no ano de 2013, cujos resultados foram divulgados nacionalmente no último dia 05 de setembro de 2014.

De acordo com os dados apresentados nas tabelas, o município apresenta uma média de aprovação que gira em torno de 85% por cento, refletindo bons índices de aprendizagens e incidindo diretamente no IDEB.

De acordo com os dados do INEP (Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), Maxaranguape foi um dos poucos municípios de destaque em nosso estado.

Nos anos iniciais do ensino fundamental (5° anos), em 2011 Maxaranguape obteve nota 3,4 aumentando agora para 3,7, o que representa uma evolução de 0,3 décimos ou 12,12%. OMEC esperava uma nota 3,0 mas o município conseguiu superar esta meta em 23,3%

Nos anos finais do ensino fundamental (9° anos), em 2011 Maxaranguape obteve 3,3 subindo sua nota agora para 4,3, uma evolução de 1,0 ponto na média ou seja, um aumento de 30,3%. Um dos maiores do estado. O MEC esperava 3,3, nota esta, já alcançada em 2011 e nesta avaliação a nota foi superada as expectativas do MEC em 30,3%. Um aumento considerável, levando-se em conta que as notas do IDEB, dizem muito acerca da qualidade da educação de um município.

TABELA 51

ANÁLISE DOS DADOS DO IDEB – 2013						
ETAPA DE ENSINO	IDEB 2011	META DO MEC 2013	IDEB ALCANÇADO 2013	CRESCIMENTO BRUTO	TAXA DE CRESCIMENTO 2011 – 2013	TAXA DE SUPERAÇÃO EM RELAÇÃO À META DO MEC
5° ANOS	3,4	3,0	3,7	0,3	12,12%	23,3%
9° ANOS	3,3	3,3	4,3	1,0	30,3%	30,3%

FONTE: INEP.GOV/ Setor Estatística da SME (2014)

III–METAS, INDICADORES E ESTRATÉGIAS DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

1. EDUCAÇÃO INFANTIL

META 1: Até 2016, todas as crianças de 4 a 5 anos de idade devem estar matriculadas na pré escola. Ampliar a oferta da Educação Infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% das crianças de até 3 anos até o final da vigência deste PME.

1.1. INDICADORES:

ALUNOS DE 4 E 5 ANOS QUE FREQUENTAM A ESCOLA

<i>BRASIL</i>	<i>MAXARANGUAPE</i>
81,4%	92,0%

ALUNOS DE 0 A 3 ANOS QUE FREQUENTAM A ESCOLA

<i>BRASIL</i>	<i>MAXARANGUAPE</i>
23,2%	24,9%

1.2. ESTRATÉGIAS:

- Oferecer condições para que todas crianças de 2 a 5 anos estejam inseridas no processo escolar.
- Garantir à criança um período de adaptação, respeitando o tempo e o ritmo que cada uma necessita para sentir-se segura e acolhida no espaço escolar.
- Assegurar que as instituições de Educação Infantil, públicas e privadas, elaborem e/ou reformulem suas propostas pedagógicas à luz das Diretrizes dos referenciais Curriculares Nacionais, com a participação efetiva de toda a comunidade escolar, respeitando as normas previstas

- d) Manter e ampliar pela manutenção do regime de colaboração com o governo Federal, respeitando as normas de acessibilidade, o Programa Nacional de Construção e Reestruturação das escolas públicas de Educação Infantil.
- e) Fomentar o atendimento em regime de cooperação das populações do campo na Educação Infantil por meio do redimensionamento da distribuição territorial da oferta e o deslocamento de crianças para o atendimento da população de 0 a 5 anos.
- f) Estimular a articulação entre pós-graduação, núcleos de pesquisa e cursos de formação para professores voltada para a Educação Infantil de modo a garantir a elaboração de currículos e propostas pedagógicas que incorporem os avanços de pesquisas ligadas ao processo ensino-aprendizagem e às teorias educacionais no atendimento da população de 0 a 5 anos.
- g) Por meio dos regimes de colaboração e cooperação, buscar o cumprimento da quantidade de alunos estabelecido pela Lei de Diretrizes da Educação número 9394/96 no que corresponde a quantidade máxima destes em sala de aula, bem como, o atendimento ao mínimo mesmo que a demanda não corresponda ao exigível, em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino.

2. ENSINO FUNDAMENTAL

META 2: Até o último ano da vigência do PME, toda a população de 6 a 14 anos deve ser matriculada no Ensino Fundamental de 9 anos, e 95% dos alunos devem concluir esta etapa na idade recomendada.

2.1. INDICADORES:

ALUNOS DE 6 A 14 ANOS QUE FREQUENTAM A ESCOLA

<i>BRASIL</i>	<i>MAXARANGUAPE</i>
<i>98,4%</i>	<i>98,0%</i>

**PESSOAS DE 16 ANOS COM PELO MENOS O ENSINO FUNDAMENTAL
CONCLUÍDO**

BRASIL 66,7%	MAXARANGUAPE 34,0%
-------------------------------	-------------------------------------

2.2. ESTRATÉGIAS:

- a) Inserir todas as crianças de 6 a 14 anos no Ensino Fundamental.
- b) Assegurar que a criança, ao ingressar no primeiro ano de Ensino Fundamental, tenha contemplado, no currículo, a ludicidade, respeitando, assim, sua trajetória.
- c) Garantir que as crianças concluam o Ensino Fundamental em 9 anos até os 16 anos de idade.
- d) Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso, da permanência e do aproveitamento escolar dos beneficiários de programas de transferência de renda, bem como das situações de discriminação, preconceitos e violência nas escolas, visando ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso escolar do alunado em colaboração com as famílias e com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude.
- e) Incentivar a participação dos pais ou responsáveis no acompanhamento das atividades escolares dos filhos por meio de estreitamento das relações entre escolas e famílias.
- f) Desenvolver formas alternativas de oferta do Ensino Fundamental garantida a qualidade, para atender aos filhos e filhas de profissionais que se dedicam a atividades de caráter itinerante.

3. ENSINO MÉDIO

META 3: Até o fim da vigência do plano, o atendimento escolar deve ser universalizado para toda a população de 15 a 17 anos. A meta é também elevar, até o final da vigência do PME, a taxa líquida de matrícula no Ensino Médio para 50%.

3.1. INDICADORES:

ALUNOS DE 15 A 17 ANOS QUE FREQUENTAM A ESCOLA

<i>BRASIL</i>	<i>MAXARANGUAPE</i>
<i>84,3%</i>	<i>88,1%</i>

TAXA LÍQUIDA DE ESCOLARIZAÇÃO NO ENSINO MÉDIO

<i>BRASIL</i>	<i>MAXARANGUAPE</i>
<i>55,3%</i>	<i>34,4%</i>

3.2. ESTRATÉGIAS:

- Elaborar proposta de oferta do Ensino Médio no turno diurno.
- Diminuir a migração dos alunos do que concluem o Ensino Fundamental buscando Ensino Médio para municípios circunvizinhos.
- Ofertar a fruição de bens e espaços culturais, de forma regular, bem como a ampliação na oferta de modalidades desportivas integradas ao currículo escolar.
- Implementar políticas de prevenção e à evasão, montando um regime de colaboração entre as secretarias de Educação do Município (SME) e do Estado (SEEC), responsável pela oferta do Ensino Médio no município.
- Desenvolver formas alternativas de oferta do Ensino Fundamental garantida a qualidade, para a oferta de Ensino Médio nos turnos diurno e noturno, bem como a distribuição territorial das escolas de Ensino

Médio, de forma a atender a toda a demanda de acordo com as necessidades específicas do(s) alunos(s).

4. EDUCAÇÃO ESPECIAL/INCLUSIVA

META 4: Garantir que toda a população de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação tenham acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, de preferência na rede regular de ensino, com a garantia do sistema educacional inclusivo, de sala de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

4.1. INDICADORES:

ALUNOS DE 4 A 7 ANOS COM DEFICIÊNCIA QUE FREQUENTAM A ESCOLA

<i>BRASIL</i>	<i>MAXARANGUAPE</i>
<i>85,8%</i>	<i>76,0%</i>

4.2. ESTRATÉGIAS:

- a) Garantir que toda população portadora de necessidades especiais e em idade escolar esteja inserida na escola regular.
- b) Adequar os espaços escolares para que ofereçam acessibilidade a alunos portadores de necessidades especiais.
- c) Ampliar o quantitativo de equipamentos das tecnologias da informação e da comunicação nas escolas da rede.

- d) Implantar durante a vigência desse plano, salas de recursos multifuncionais e com atendimento direcionado aos portadores de necessidades especiais.
- e) Promover cursos direcionados a formação continuada de professores, priorizando os educadores da Educação Infantil ao Ensino Fundamental II, como também a formação de professores e cuidadores para auxiliar nas salas de aula.
- f) Adaptar até o fim da vigência do PME todos os espaços escolares da rede garantindo o acesso e a permanência das crianças com necessidades especiais, fomentando pesquisas voltadas ao desenvolvimento de atividades metodológicas e materiais didáticos.
- g) Garantir profissionais de apoio nas escolas, de acordo com a demanda das necessidades físicas e biológicas dos alunos, para atividades, tais como: acompanhamento no uso do banheiro, no deslocamento e na alimentação individual.

5. ALFABETIZAÇÃO

META 5: Garantir a alfabetização de todas as crianças, até o final do 3º ano do Ensino Fundamental.

5.1. INDICADORES:

TAXA DE ALFABETIZAÇÃO DE CRIANÇAS QUE CONCLUÍRAM O 3º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL

BRASIL	MAXARANGUAPE
97,6%	80,8%

5.2. ESTRATÉGIAS:

- a) Reduzir o índice de analfabetismo no município.
- b) Extinguir o analfabetismo de jovens em idade escolar.
- c) Garantir a alfabetização dos alunos até o 3º ano do Ensino Fundamental.
- d) Implantar em todas as salas de aula de alfabetização suportes tecnológicos educacionais e de práticas pedagógicas que possam subsidiar o processo de alfabetização dos alunos tanto da sede como do campo.
- e) Organizar os processos pedagógicos de alfabetização nos anos iniciais do Ensino fundamental, articulando-os com estratégias desenvolvidas na pré escola, com o fortalecimento, a qualificação e a valorização dos profissionais alfabetizadores e com apoio pedagógico específico afim de garantir a alfabetização na idade certa.
- f) Assegurar a alfabetização de crianças com deficiências, considerando as suas especificidades, inclusive a alfabetização bilíngue de alunos surdos, sem estabelecimento de terminalidade temporal.
- g) Implementar um sistema de monitoramento, acompanhamento e avaliação da alfabetização por parte da Secretaria de Educação, subsidiando às escolas, quanto aos processos de ensino e das aprendizagens.
- h) Criar instrumentos de avaliação e monitoramento, que possibilitem o acompanhamento do nível de alfabetização das crianças, até o final do 3º ano.

6. EDUCAÇÃO INTEGRAL

META 2: Até o fim da vigência do PME, oferecer educação em tempo integral, no mínimo, 80% das escolas públicas, de forma a tender, pelo menos, 40% dos (as) alunos (as) da Educação Básica.

6.1. INDICADORES:

PERCENTUAL DE ESCOLAS PÚBLICAS COM ALUNOS QUE PERMANECEM PELO MENOS 7 h EM ATIVIDADES ESCOLARES

BRASIL	MAXARANGUAPE
34,7%	5,6%

PERCENTUAL DE ALUNOS QUE PERMANECEM PELO MENOS 7 h EM ATIVIDADES ESCOLARES

BRASIL	MAXARANGUAPE
13,2%	0,0%

6.2. ESTRATÉGIAS:

- Aumentar o tempo do aluno na escola.
- Garantir o acesso e a permanência dos alunos por mais horas diárias nos espaços escolares da rede.
- Habilitar a adesão do município a diferentes programas do Governo Federal que viabilizem a meta.
- Buscar mecanismos dentro do sistema educacional do município que venham proporcionar tanto ao professor quanto ao aluno, tempo integral de permanência de 7 horas diárias de atividades escolares durante o ano letivo, inovando as atividades culturais e esportivas, com adaptações estruturais.
- Promover medidas para dinamizar o tempo de permanência dos educandos na escola de tempo integral, direcionando a expansão dos trabalhos escolares, articulando com atividades recreativas, esportivas e culturais.
- Promover até o fim da vigência desse plano a ampliação de todos os espaços escolares das unidades da rede, não só através da construção de novas salas de aula como da criação de praças esportivas equipadas com equipamentos para práticas esportivas, de aptidão física, intelectuais e culturais.

7. APRENDIZADO ADEQUADO NA IDADE CERTA

META 7: Estimular a qualidade da Educação Básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo que ao final da vigência do PME, o município possa estar em consonância com as médias nacionais para o Ideb, alcançando **6,5** para os anos iniciais e **6,7** para os anos finais do Ensino Fundamental.

7.1. INDICADORES:

METAS NACIONAIS DO IDEB	2013	2015	2017	2019	2021
Anos Iniciais do Ensino Fundamental	4,9	5,2	5,5	5,7	6,0
Anos Finais do Ensino Fundamental	4,4	4,7	5,0	5,2	5,5
Ensino Médio	3,9	4,3	4,7	5,0	5,2

7.2. ESTRATÉGIAS:

- a) Elevar o Ideb municipal nos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental.
- b) Assegurar, nos documentos norteadores da escola, de maneira clara e objetiva, a forma do currículo e sua flexibilização, prevendo a inclusão dos formatos pedagógicos que favoreçam o acesso dos alunos aos moldes das avaliações oficiais da educação.
- c) Sensibilizar os professores da rede municipal de ensino da importância da avaliação do Ideb.
- d) Estabelecer políticas de estímulo a todas as escolas, com vista a melhoria do desempenho no Ideb, de modo a valorizar o mérito do corpo docente, da direção e da comunidade escolar.

- e) Implementar em regime de colaboração com a União, um sistema integrado de gestão on-line para auxiliar no acompanhamento e no monitoramento nos processos de ensino e das aprendizagens, visando a elevação quantitativa dos índices do Ideb, bem como, fortalecer às formações continuadas dos professores da educação Básica no prazo de 10 anos.
- f) Fortalecer, com a colaboração técnica e financeira da União, em articulação com o sistema nacional de avaliação, os sistemas estaduais de avaliação da educação básica, com participação, por adesão, da rede municipal de ensino, para orientar as políticas públicas e as práticas pedagógicas, com o fornecimento das informações à sociedade.

8. ESCOLARIDADE MÉDIA

META 8: Elevar a escolaridade média da população de 18 a 29 anos, para 50% de modo a alcançar no mínimo 12 anos de estudo no último ano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no país e dos 25% mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

8.1. INDICADORES:

POPULAÇÃO ESCOLARIZADA 18 - 29 ANOS	
BRASIL	MAXARANGUAPE
9,8%	7,3%

ESCOLARIDADE MÉDIA DA POPULAÇÃO DE 18 A 29 ANOS DE IDADE ENTRE OS 25% MAIS POBRES	
7,8%	6,1%

**ESCOLARIDADE MÉDIA DA POPULAÇÃO NEGRA E NÃO NEGRA DE 18
A 29 ANOS**

92,2%	97,4%
--------------	--------------

**ESCOLARIDADE MÉDIA DA POPULAÇÃO DE 18 A 29 ANOS
RESIDENTE NA ÁREA RURAL**

7,8%	6,8%
-------------	-------------

8.2. ESTRATÉGIAS:

- a) Construir um currículo articulado, interdisciplinar, que contextualize as diferentes realidades e diversidades.
- b) Oferecer propostas de alfabetização de adultos na zona rural do município.
- c) Diminuir a taxa da população não escolarizada em Maxaranguape.
- d) Promover uma escola mais humanizada oferecendo ao aluno além do ensino teórico e prático o acompanhamento e monitoramento nas áreas sociais.
- e) Ampliar a oferta do EJA (Ensino de Jovens e Adultos), abrindo turmas no período diurno para jovens com graves problemas de distorção idade-série.
- f) Institucionalizar programas em parceria com os governos, Federal, Estadual e Municipal e desenvolver tecnologias de correção de fluxo, para acompanhamento pedagógico individualizado e para recuperação e progressão parcial, bem como priorizar estudantes com rendimento escolar defasado, considerando as particularidades dos segmentos populacionais envolvidos.

9. ALFABETIZAÇÃO E ALFABETISMO DE JOVENS E ADULTOS

META 9: Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais para 80% até 2017 e, até o final da vigência do PME, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% a taxa de analfabetismo funcional.

9.1. INDICADORES:

TAXA DE ALFABETIZAÇÃO – 15 ANOS OU MAIS

<i>BRASIL</i>	<i>MAXARANGUAPE</i>
<i>91,5%</i>	<i>78,2%</i>

TAXA DE ANALFABETISMO FUNCIONAL NA POPULAÇÃO DE 15 ANOS OU MAIS

<i>29,4%</i>	<i>39,3%</i>
--------------	--------------

9.2. ESTRATÉGIAS:

- Reduzir a taxa de analfabetismo no município.
- Garantir uma política de apoio e de assessoramento aos trabalhadores em educação, que atuam em todos os níveis e modalidades de alfabetização.
- Viabilizar o acesso de alunos com distorção idade série na escola.
- Realizar um levantamento do quantitativo dos jovens e adultos com Ensino Fundamental incompleto, como também os analfabetos absolutos e funcionais.
- Apoiar técnica e financeiramente por meio de parceria com os governos, Federal e Estadual, projetos inovadores na educação de jovens e

adultos que visem ao desenvolvimento de modelos adequados às necessidades específicas desses (a) alunos (as).

- f) Assegurar a oferta de educação de jovens e adultos, nas etapas de ensinos fundamental e médio para a população com grave problema de distorção idade série, inclusive no turno diurno.

10. EJA INTEGRADA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

META 10: Oferecer, no mínimo 25% das matrículas de Educação de Jovens e Adultos, nos Ensinos Fundamental e Médio, na forma integrada a Educação Profissional.

10.1. INDICADORES:

PERCENTUAL DE MATRICULAS DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA FORMA INTEGRADA À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

<i>BRASIL</i>	<i>MAXARANGUAPE</i>
<i>1,7%</i>	<i>0,0%</i>

10.2. ESTRATÉGIAS:

- a) Flexibilizar o currículo, contemplando aprendizagens significativas, de forma concreta e vivida pelos educandos.
- b) Qualificar a mão de obra docente para trabalhar com a população com graves problemas de distorção idade série.
- c) Viabilizar mecanismos de integração entre a alfabetização de jovens e adultos com as perspectivas profissionais.
- d) Expandir as matrículas de educação de jovens e adultos, de modo a articular a formação inicial e continuada dos trabalhadores com a

educação profissional, objetivando a elevação do nível de escolaridade do trabalhador e trabalhadora.

- e) Criar turmas de EJA que após a conclusão do nível IV, sejam ofertados cursos profissionalizantes, em regime de colaboração e cooperação nas escolas, no horário em que estavam habituados a estudarem.
- f) Aderir a parcerias com instituições e/ ou programas do governo que ofereçam cursos profissionalizantes para a população em distorção idade série. Contudo, o cursista terá como requisito estar matriculado e frequentando uma escola de EJA.

11. EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

META 11: Viabilizar o ingresso dos estudantes da rede municipal após a conclusão do Ensino Fundamental em uma instituição técnica de ensino profissionalizante.

11.1. INDICADORES:

MATRÍCULAS EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA EM NÍVEL MÉDIO NA REDE PÚBLICA

<i>BRASIL</i>	<i>RIO GRANDE DO NORTE</i>	<i>MAXARANGUAPE</i>
<i>900.519</i>	<i>16.190</i>	<i>-</i>

11.2. ESTRATÉGIAS:

- a) Incentivar o acesso dos alunos que concluem o Ensino fundamental em 9 anos em escolas Técnicas Federais.
- b) Garantir transporte escolar para o deslocamento dos alunos matriculados em instituições federais de ensino profissionalizante, em

regime de cooperação de um município para o outro, com uma demanda mínima de 15 alunos.

- c) Promover cursos preparatórios, em parceria com instituições de ensino público e/ ou privado, como subsídio facilitador de acesso dos alunos do município em instituições federais de ensino profissionalizante.
- d) Promover campanhas nas quais possibilitem os alunos a ingressarem no processo seletivo dos institutos técnicos que oferecem ensino profissionalizante.

12. EDUCAÇÃO SUPERIOR

META 12: Elevar a taxa bruta de matrícula na Educação Superior para 50% e a taxa líquida para 35% da população de 18 a 24 anos, assegurada a qualidade da oferta de expansão para, pelo menos, 50% das novas matrículas, no segmento público.

12.1. INDICADORES:

TAXA DE ESCOLARIZAÇÃO BRUTA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR DA POPULAÇÃO DE 18 A 24 ANOS

BRASIL	RIO GRANDE DO NORTE	MAXARANGUAPE
30,3%	28,2%	17,1%

12.2. ESTRATÉGIAS:

- a) Incentivar o alunado a ingressarem no ensino superior.
- b) Aumentar a taxa de escolarização bruta na educação superior no município.

- c) Criar através de parcerias, polos de educação superior, públicos ou privados visando atender a demanda de ingresso dos jovens da comunidade na Educação Superior.
- d) Criação ou formação de parcerias entre a prefeitura e instituições públicas ou privadas que ofereçam cursos preparatórios para preparar os jovens que concluíram a Educação Básicas para o ingresso nas instituições de ensino superior.
- e) Aderir a programas de expansão e da interiorização da Rede Federal de Educação Superior, da Rede Federal de Educação Profissionalizante, Científica e Tecnológica e do Sistema Universidade Aberta do Brasil, gerando vagas para o ensino superior.

13. TITULAÇÃO DE PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL

META 13: Primar pela melhoria da qualidade da Educação Superior, de modo a atender a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de Educação Superior em 75%, sendo, do total do mínimo, 35% doutores até o fim da vigência desse plano.

13.1. INDICADORES:

PERCENTUAL DE FUNÇÕES DOCENTES NA EDUCAÇÃO SUPERIOR COM MESTRADO OU DOUTORADO

<i>BRASIL</i>	<i>RIO GRANDE DO NORTE</i>	<i>MAXARANGUAPE</i>
<i>69,5%</i>	<i>72,5%</i>	<i>0,0%</i>

13.2. ESTRATÉGIAS:

- a) Oferecer condições e oportunidades para que professores da rede em exercício de sala de aula, ingressem em pós graduação stricto sensu.

- b) Fomentar a formação de consórcios entre instituições públicas de educação superior, com vistas a potencializar a atuação regional, inclusive por meio do plano de desenvolvimento institucional integral, assegurando maior visibilidade nacional e internacional às atividades de ensino, pesquisa e extensão.
- c) Viabilizar em conexão com o governo Federal, mecanismos que permitam aos profissionais docentes do município o ingresso em cursos stricto sensu.

14. PÓS GRADUAÇÃO

META 14: Elevar gradualmente o número de profissionais docentes na pós graduação lato sensu de modo a atingir ao fim da vigência do plano 30% dos professores da rede e stricto sensu, de modo a atingir 10% também dos professores da rede.

14.1. INDICADORES:

NUMERO DE TÍTULOS DE MESTRADO OU DOUTORADO CONCEDIDOS POR ANO			
	BRASIL	RIO GRANDE DO NORTE	MAXARANGUAPE
MESTRADO	47.138	2.150	0
DOUTORADO	13.912	614	0

14.2. ESTRATÉGIAS:

- a) Valorizar os educadores, dando condições de trabalho e a garantia de recursos humanos, pedagógicos e financeiros para seu acesso no mestrado e/ ou doutorado.

- b) Investir em uma formação continuada dos trabalhadores da educação, de forma que se garanta a articulação dos saberes interdisciplinares.
- c) Oportunizar licença remunerada para profissionais da educação quando estiverem em curso de stricto sensu.
- d) Estabelecer que, com fins de um acréscimo na qualidade dos processos do ensino e das aprendizagens, o professor que usufruiu da licença para ser titulado em mestre ou doutor, deverá devolver no mínimo dois (02) anos na prática docente na rede do município.

15. FORMAÇÃO DE PROFESSORES

META 15: Garantir, em regime de colaboração com a União, que até o fim do prazo de vigência do PME, a política nacional de formação dos profissionais da educação, assegurando que todos os professores e professoras da Educação Básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de Licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

15.1. ESTRATÉGIAS:

- a) Possibilitar a formação continuada aos profissionais, através de seminários, palestras, fóruns, congressos, buscando parcerias com as entidades públicas e privadas, sob a responsabilidade do município.
- b) Oferecer formação continuada para professores em suas respectivas áreas.
- c) Possibilitar conjuntamente, com base em plano estratégico que apresente diagnóstico das necessidades de formação de profissionais da educação e da capacidade de atendimento, por parte de instituições públicas e / ou privadas de educação superior existente no estado, o acesso desses profissionais em uma graduação em sua área de atuação docente.

- d) Assegurar e ampliar plataforma eletrônica para organizar a oferta e as matrículas em curso de formação inicial e continuada a distância de profissionais da educação, bem como para divulgar e atualizar seus currículos eletrônicos.
- e) Garantir e valorizar cursos e programas na educação superior, nas respectivas áreas de atuação aos docentes com formação de nível médio na modalidade normal, não licenciada em área diversa da atuação docente em efetivo exercício.
- f) Adequar o quadro de professores afim de que exerçam a docência de acordo com sua formação, recebendo assim salário compatível com a mesma e em consonância com o Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS) da categoria.

16. FORMAÇÃO CONTINUADA E PÓS GRADUAÇÃO DE PROFESSORES

META 16: Formar, em nível de pós graduação, 30% dos professores da Educação Básica, até o último ano de vigência do PME, e garantir a 100% dos professores formação continuada em suas respectivas áreas, bem como, a todos (as) profissionais da Educação Básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.

16.1. ESTRATÉGIAS:

- a) Formar em nível de pós graduação professores da educação básica.
- b) Oferecer condições administrativas e de gestão, para que o professor possa estudar e exercer sua docência.
- c) Desenvolver em regime de colaboração, o planejamento estratégico para dimensionamento da demanda por formação continuada e fomentar a oferta por parte das instituições públicas de ensino superior, de forma orgânica e articulada às políticas de formação do estado e do município.

- d) Fortalecer a política nacional de formação de professores da educação básica, definindo as diretrizes municipais, áreas prioritárias, instituições formadoras e processos de certificação das atividades formativas.
- e) Garantir automaticamente por ocasião da titulação de graduação e pós-graduação dos professores, a remuneração prevista no (PCCS), Plano de Cargos, Carreiras e Salários da categoria e 5% a cada titulação de Formação Continuada, sendo esta no mínimo 180 horas, sendo no máximo dois títulos com a carga horária indicada para fins de remuneração.
- f) Garantir subsídios de traslado para professores em processo de formação lato e stricto sensu em Natal e na Grande Natal de acordo com uma demanda mínima de 10 professores.

17. VALORIZAÇÃO DO PROFESSOR

META 17: Valorizar os (as) profissionais do magistério (Professores, Coordenadores e Supervisores escolares), da rede pública da Educação Básica municipal, afim de garantir em 100%, o rendimento adequado as suas escolaridades e titulação.

17.1. ESTRATÉGIAS:

- a) Equiparar o salário do professor em exercício de sala de aula com o Piso Nacional dos Professores.
- b) Legitimar em documentos oficiais as reivindicações dos docentes e pessoal de apoio a educação.
- c) Atualizar o Plano de Cargos e Salários do professor, afim de redefinir os valores previstos, recuperando as perdas salariais.
- d) Implementar o plano de cargos e salários, garantindo as promoções de letra e nível automaticamente pelo município.

- e) Garantir o salário do professor em exercício de sala de aula, supervisão escolar ou coordenação pedagógica, tendo como base sua titulação.

18. PLANO DE CARREIRA DOCENTE

META 18: Assegurar, no prazo de 1 ano, a reformulação dos Plano de Cargo, Carreira e Salários, para os (as) profissionais da Educação Básica e Superior pública de todo o sistema de ensino municipal e, para o plano de carreira dos (as) profissionais da Educação Básica pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido nos termos do inciso VII do art. 206 da Constituição Federal.

18.1. ESTRATÉGIAS:

- a) Elaborar o plano de carreira dos profissionais em educação.
- b) Garantir o cumprimento dos direitos trabalhistas dos profissionais em educação.
- c) Suprir as necessidades de mão de obra docente no município.
- d) Assegurar no prazo de vigência desse plano, por meio de concurso público, o provimento efetivo de 90%, no mínimo, dos profissionais do magistério e 90%, no mínimo, dos profissionais da educação não docentes.
- e) Estabelecer no Plano de carreira dos profissionais efetivos da educação do município, licenças remuneradas de 03 (três) meses a cada 05 (cinco) anos e incentivos para qualificação profissional nas áreas específicas da docência, quando em pós graduação em stricto sensu.
- f) Possibilitar a criação dos conselhos de educação, com prazo de renovação de seus membros a cada 02 (dois) anos para subsidiar os órgãos municipais competentes na elaboração do Plano de Cargos, Carreira e Salários (PCCS).

- g) Constituir o Fórum permanente da educação básica pública do município, com representação de trabalhadores da educação, poder público e sociedade civil organizada.

19. GESTÃO DEMOCRÁTICA

META 19: Assegurar até o fim da vigência desse plano condições, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e a consulta pública da comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico do município para tanto.

19.1. ESTRATÉGIAS:

- a) Implementar a escolha democrática dos gestores escolares.
- b) Garantir a correta utilização dos recursos voltados à educação.
- c) Implementar até o fim do segundo ano de vigência desse plano, a gestão democrática em uma escola que será tida como experiência piloto da rede municipal de ensino, incluindo o processo de escolha do gestor por meio da eleição direta com os atores da comunidade escolar, e até o final do quinto ano de vigência do Plano as demais escolas.
- d) Estimular a criação, participação e o fortalecimento dos conselhos escolares para atuarem de forma eficaz como instrumentos de participação e fiscalização na gestão escolar.
- e) Fortalecer a atuação do CME (Conselho Municipal de Educação), como um conselho central, tendo a função de integrar os diferentes conselhos que fomentam a gestão democrática, de mobilizar a comunidade como um todo e atuar como fiscalizador da educação e seu gerenciamento pelo município.

20. FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO

META 20: Garantir o mínimo previsto constitucionalmente, 25% das transferências constitucionais do município.

20.1. ESTRATÉGIAS:

- a) Garantir que 10% do PIB municipal seja utilizado no financiamento da educação.
- b) Cobrar lisura quanto aos processos de financiamento da educação.
- c) Elevar o padrão de qualidade da educação municipal.
- d) Garantir a partir da aprovação desse plano a utilização dos percentuais estabelecidos como meta as fontes de financiamento permanentes e sustentáveis para todos os níveis, etapas e modalidades da educação básica, observando-se as políticas de responsabilidade do município em prever em seu orçamento anual o cumprimento das metas estabelecidas.
- e) Aprovar no prazo de 1 (um) ano a Lei de Responsabilidade Educacional, assegurando padrão de qualidade na educação básica, no sistema e na rede de ensino municipal, aferida pelo processo de metas e qualidade.
- f) O município deverá apresentar em audiência pública os critérios para distribuição dos recursos dirigidos à educação ao longo do decênio, que considerem a equalização das oportunidades educacionais, a vulnerabilidade socioeconômica e o compromisso técnico e de gestão do sistema de ensino, a serem pactuados na instância prevista, dando assim lisura ao processo de financiamento da educação.

IV–ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PME

Ao longo dos próximos 10 (dez) anos, teremos que prever acompanhamento e avaliação, a fim de revisar periodicamente as metas e estratégias elencadas neste Plano. É indispensável que se tornem públicos a execução das metas e os avanços oriundos do Plano Municipal de educação. A primeira avaliação deverá ocorrer três anos a partir da aprovação deste, e as demais, no prazo de dois em dois anos. Findando o período de dez anos, um novo plano deverá ser elaborado sob nova legislação. Cabe, ainda, definir os instrumentos e procedimentos de avaliação a serem respeitados e reorganizados, caso necessário. Salientamos a necessidade de ser previsto o fluxo migratório na cidade, o fluxo de recursos financeiros de diferentes receitas e outros do momento. Assim como na elaboração, e atendendo à solicitação nos diferentes momentos de elaboração do processo de construção deste PME, caberá manter um caráter democrático, como indicação do caminho para avaliar e reconstruir o PME, respeitando os anseios da comunidade local e assumindo o compromisso com o bem comum.

REFERENCIAS

Censo Escolar. Disponível em: <educacenso.inep.gov.br/> Acesso em: 20/03/2015.

DiDoneT, Vital. plano nacional de educação – pne, 3ª edição. Brasília, 2006.

DIAS, Sonia. DJR DJR JAN, Tatiane Bello. Diálogos sobre a gestão municipal: passo a passo do plano municipal de educação. Câmara Brasileira do Livro. São Paulo: Fundação Itaú Social, 2014.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<http://ideb.inep.gov.br/>> Acesso em: 13/07/2014.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. <www.ibge.gov.br/> Acesso em: 25/08/2014.

MEDEIROS, João Bosco. Manual de redação e normalização textual. técnicas de edição e revisão. São Paulo: atlas, 2002.

MONLEVADE, João. Plano municipal de Itupiranga: O que é e como fazer. Brasília: Itupiranga, 2013.

_____ Plano municipal de educação: O que é e como fazer – da decisão a ação. Brasília, 2013.

Planejando a Próxima Década. Disponível em: <<http://pne.mec.gov.br/>> Acesso em: 27/03/2015.

PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. Documento norteador para elaboração do plano municipal de educação, 2013.

Portal da Transparência. Disponível em: <www.portaltransparencia.gov.br/> Acesso em: 23/03/2015.

Portal do Desenvolvimento. Disponível em: <www.portaldodesenvolvimento.org.br/> Acesso em: 24/09/2014.

Sistema de Informação de Atenção básica. Disponível em: <dab.saude.gov.br/portaldab/siab.php> Acesso em: 27/10/2014.

União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação. Como elaborar o plano municipal de educação?

ANEXOS

ANEXO 1. PROJETO DE LEI DO PME.

**ANEXO 2. PORTARIA DE NOMEAÇÃO DA COMISSÃO DE
ELABORAÇÃO DO PME.**